

Ana de Castro Osório and the Portuguese Republican Woman: Vehicle  
of Regeneration of the Nation and of Preservation of the National  
Identity

A MASTER'S THESIS

SUBMITTED TO THE FACULTY OF THE GRADUATE  
SCHOOL

OF THE UNIVERSITY OF MINNESOTA

BY

Célia Carmen Martins Cordeiro

IN PARTIAL FULFILLMENT OF THE REQUIREMENTS

FOR THE DEGREE OF

MASTER OF ARTS

Prof. Ana Paula Ferreira (adviser)

January 2012



## **Acknowledgements**

This Project would not have been possible without the support and generosity of several people. First of all, I thank my adviser, Ana Paula Ferreira, as well as the members of the committee, Michelle Hamilton and Ofelia Ferán, for all the support given in the process of writing this thesis. Second, I thank my parents for being a source of inspiration and determination in my life. Third, I would like to share my appreciation for their constant support to my friends Adalino Cabral, Fátima Dias, Luís Gonçalves, Olga Rodrigues, Marcus Brasileiro, Cathryn and Ken Phillips. Last but not least, I thank Pedro and little Nina for the joy and happiness that they bring to my life every day. They remind me that the future may be colourful and bright.

## **Dedication**

This Master's Thesis is dedicated to my parents for all I have learned with them at the school of life.

## **Abstract**

In the beginning of the twentieth century, women in Portugal were granted very few rights as citizens; however, women served an important role in maintaining a strong sense of national identity and the purity of the Portuguese race, both of which were major concerns for Portuguese identity at the time. Ana de Castro Osório (1872-1935) — writer, women’s rights advocate, and a prominent personality in Luso-Brazilian culture at that time — is intimately related to the history of this national agenda. This Master’s thesis aims to demonstrate that in her writings Castro Osório urges the development of an education system to all women. Educated, bourgeois women would be able to be better companions for their husbands and educate their children. In addition, single and women of the lower classes could work and be economically independent. Castro Osório emphasizes the role of bourgeois women being the educators of the future generations and being able to maintain the nation’s identity by preventing racial and distinctive national traits from deteriorating. In her view, this would ensure that strong, healthy republican citizens of the future would better represent the nation. Specifically, Castro Osório argues that bourgeois mothers should organize campaigns against illnesses, illiteracy, and crime in order to save the poor by imposing bourgeois values on them. In this regard, her writings reveal interesting findings concerning a “campaign for the health of the race” (Foucault 1979: 146).

Her novels show that this national agenda was not limited to Portugal but extended to new Portuguese immigrant communities that had been established in

Brazil at the beginning of the twentieth century. Castro Osório was particularly concerned with avoiding miscegenation among Portuguese people in these communities and other European men who arrived in Portugal's ex-colony at the time. Thus, I conclude that Osorio's writings were "a mobile discourse of empire" (Stoler 1995: 58) that extended beyond Portugal's national borders and were a clear part of contemporary concerns to keep the Portuguese race pure around the world. Castro Osório's speech enlightens a nationalistic and republican agenda that wishes to make Portugal a stronger European country to the world.

## Table of Contents

Introdução.....	1
Capítulo 1: A Educação: pilar de sustentação do ideário feminista português.....	10
Ana de Castro Osório e o direito à educação.....	25
Crítica à situação educacional feminina de final de Oitocentos.....	27
A educação da mulher portuguesa: burguesa, operária e camponesa.....	30
Capítulo 2: A Maternidade Cívica, ponte entre a família e a sociedade.....	39
Ana de Castro Osório e o direito ao divórcio.....	51
Capítulo 3: Ana de Castro Osório e o papel da mulher mãe na higienização da raça lusa.....	61
O sonho da propagação da raça lusa no Brasil: o Mundo Novo.....	71
Conclusão.....	82
Obras Citadas.....	86

## Introdução

Em 1900, Portugal vive uma das maiores crises políticas, sociais e económicas da sua história. Com o Ultimato inglês (1890), acentua-se uma onda de Patriotismo que já se iniciara em 1880 com as comemorações do aniversário da morte do maior poeta português, Luís Vaz de Camões (1524-1589).<sup>1</sup> Segundo o historiador Rui Ramos, há a necessidade de uma “ideia colectiva,” de os portugueses se afirmarem enquanto pertencentes a uma nação comum, particularmente advinda de estudantes e de membros do Partido Republicano Português fundado em 1876 (Ramos 1994: 20-40). A crise europeia da década anterior atinge Portugal e eleva a taxa de desemprego cada vez mais. O analfabetismo cresce assustadoramente (acima dos 85%); milhares de portugueses rumam às Américas (Ramos 1994: 167-8). É neste ambiente conturbado que Ana de Castro Osório (1872-1935) vem publicando textos em prol dos direitos das mulheres. Enquanto republicana, a publicista feminista anuncia um conjunto de medidas imprescindíveis ao desenvolvimento nacional que passam pela maior preparação da mulher portuguesa: o direito à educação, ao divórcio, ao voto (restrito) e ao exercício de uma profissão.

---

<sup>1</sup> O *Ultimatum* Inglês de 1890 consistiu “numa nota entregue ao ministro dos Negócios Estrangeiros português pelo embaixador de Inglaterra em Lisboa exigindo que Portugal ordenasse imediatamente a retirada de uma expedição militar que atacara alguns indígenas protegidos pelos ingleses na África Oriental, no Chire (actual Malawi). O Governo português cedeu, protestando, embora, que o território africano em que o confronto se dera pertencia a Portugal,” cf. Ramos, Rui. *A Segunda Fundação* (1890-1926) in *História de Portugal*. Ed. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. 38.



A principal medida apresentada pela publicista tem a ver com a extensão da educação primária, secundária e superior a todas as mulheres portuguesas. Com base na implementação dessa medida, a mulher estará melhor preparada, se casada, para auxiliar o marido e educar os filhos e, se solteira, para sustentar-se a si própria (Osório 1905: 56). Partindo desta ideia desde logo exposta na colecção de ensaios *Às Mulheres Portuguesas* (1905), nota-se a distinção entre a educação a ministrar à mulher cujo destino está ligado ao casamento e à maternidade e aquela a ministrar à mulher solteira, única totalmente independente a nível económico. Desde essa colectânea de ensaios que a vertente maternal feminina persiste ao longo das obras de Castro Osório embora de forma mais ou menos directa consoante a efervescência política ou não do momento.

O movimento republicano prime por defender a mulher mãe na família enquanto símbolo da nação portuguesa. Neste sentido, o ideário republicano assenta na ideologia positivista, confinando a mulher ao lar e ao desempenho das funções domésticas (Ismério 1995: 22). Por consequência, a preocupação de Castro Osório com a mulher enquanto mãe distingue-a como republicana, vindo ao encontro da razão de ser do título desta tese, “Ana de Castro Osório e a Mulher Republicana Portuguesa: Veículo de Regeneração da Nação e Preservação da Identidade Nacional”. De facto, Castro Osório alvitra, através da extensão da educação para todas as mulheres, retirar a mulher portuguesa da submissão feminina de séculos à manipulação dos padres (Osório 1905: 58). Educada, a mulher poderá contribuir para a regeneração da nação, na medida em que preparará melhor as futuras gerações de portuguesas, transmitindo-lhes conhecimentos, valores e aspectos da cultura

portuguesa que contribuirão para a preservação da identidade nacional. Usando um discurso nacionalista republicano, a obra da Autora acaba contribuindo para o fortalecimento da onda nacionalista republicana de noventa e zero.

Mais conhecida como fundadora da literatura infantil em Portugal, Inês Neto indica o ano de 1980 como baliza cronológica a partir da qual a crítica começa a dar mais relevância à vertente feminista da obra da Autora (Neto 2008: 8). É natural que os textos de literatura infantil sejam considerados os mais sugestivos porque inofensivos numa altura em que num regime ditatorial como o Estado Novo (1926-1974) não se pretende despertar a população para a reivindicação de direitos, principalmente femininos. Assim, torna-se relevante que a análise da obra da Autora nesta tese se enfoque na sua vertente de publicista feminista.

Segundo Rui Ramos, o movimento republicano apoia a defesa dos direitos das mulheres, no entanto, os republicanos não são feministas; apenas vêem nas mulheres o apoio indispensável à implementação do programa republicano. É necessário nesse período agitado “torná-la [a mulher] impermeável às seduções dos padres” (Ramos 1994: 410). A diferenciação logística entre a Maçonaria e o movimento republicano faz com que as mulheres portuguesas não tomem consciência das diferenças práticas entre um e outro movimento. Enquanto que a Maçonaria, nas primeiras duas décadas do século XX, funciona como um nicho feminista, no movimento republicano as ideias feministas são meramente de forma e não de conteúdo, ou seja, apenas uma forma de captar adeptas e desviar as mulheres da Igreja e, por consequência, da ala monárquica (Costa 1986: 369-374). A luta

republicana pelo poder e o desejo de derrubar a Monarquia leva a isso mesmo. Na Maçonaria, a elite feminina tem direitos iguais aos homens e isso faz com que as mulheres pensem que ao se filiarem no movimento republicano acontecerá o mesmo, visto que há um objectivo comum que os une, a reivindicação da República como regime na sociedade civil (Catroga 1981: 273).<sup>2</sup> No entanto, após a instauração da República em Portugal (1910), as mulheres tomam consciência de que, afinal, não têm os mesmos direitos que os homens e muitas optam por se afastar politicamente de organizações republicanas, como é o caso de Ana de Castro Osório, em 1911, relativamente à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Nesta tese, defende-se a linha de continuidade presente no pensamento feminista patriarcal fomentado por Castro Osório, pois apesar da reivindicação de mais direitos para a mulher portuguesa, o homem continua a ser visto como o chefe da família e aquele a quem cabe à mulher complementar. A mulher casada, particularmente, vive em função do marido e dos filhos e não por si, de modo independente. Desde as suas obras iniciais, particularmente, desde a colecção de ensaios *Às Mulheres Portuguesas* (1905) que se nota a distinção entre as expectativas comportamentais e sociais da mulher casada burguesa na família e na sociedade e as esperadas pelas mulheres das restantes classes sociais. Este aspecto é notório relativamente à educação proposta pela Autora. Embora apologista da educação para

---

<sup>2</sup> A elite feminina referida é constituída principalmente pelas seguintes personalidades: Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), Alice Pestana (1860-1929), Adelaide Cabete (1867-1935), Maria Clara Correia Alves (1869-1948), Beatriz Paes Pinheiro de Lemos (1872-1922), Ana de Castro Osório (1872-1935), Albertina Paraíso (1874-1954), Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), Maria Olga Morais Sarmiento da Silveira (1881-1948), Virgínia Guerra Quaresma (1882-1973), Lucinda Tavares (Esteves 1991: 90).

todos, Castro Osório distingue os programas curriculares a implementar consoante as classes sociais a que pertencem as mulheres. Assim sendo, a Autora diferencia a educação, com disciplinas mais teóricas, a ministrar à burguesa, da instrução, de cariz prático, a inculcar na operária ou na camponesa, prevalecendo sempre uma vertente doméstica comum a todos os currículos. Portanto, para além do estado civil da mulher, no programa da publicista portuguesa a classe social persiste como elemento definidor de acesso à educação ou à instrução. Esta questão será desenvolvida no primeiro capítulo desta tese, após a explanação sobre diferentes propostas educacionais. Por um lado, as propostas positivistas de Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) e Dom António da Costa (1824-1892), que sugerem uma educação feminina ajustada à natureza frágil da mulher. Por outro lado, as propostas daqueles que alvitraram uma educação igualitária, como Alice Pestana (1860-1929), Bernardino Machado (1851-1944) e Ana de Castro Osório (1872-1935). Entenda-se por educação igualitária aquela que permite o acesso de todos à educação independentemente do sexo do indivíduo. Vaz de Carvalho não vê a educação das massas como algo concretizável, mas a educação da mulher burguesa no recinto do lar pela mãe. Dom António da Costa amplia o campo de acção da jovem portuguesa, permitindo-lhe a sua entrada controlada na esfera pública. Enveredar por um curso de formação profissional será um bom investimento para ilustrar as meninas com as “prendas domésticas,” negando-lhes o acesso ao ensino superior, coisa só de rapazes.

No segundo capítulo desta tese, demonstrar-se-á através da análise de diversas obras de Castro Osório como a vertente conservadora do seu ideário feminista está sempre presente na sua obra embora seja mais enaltecido após a sua

desvinculação política, em 1911. Maria José Remédios afirma que Castro Osório apenas recorrera às forças políticas por ter consciência da faceta política do feminismo, reconhecendo que a emancipação da mulher exige denúncias e reivindicações com um carácter político (Remédios 2004: 2). Desde *Às Mulheres Portuguesas* (1905) até 1911 com a obra *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, conhece-se uma publicista feminista frontal, directa e audaz. Após a dupla recusa do regime republicano em legalizar o voto feminino restrito, apenas para as mulheres alfabetizadas ou chefes de família (em 1911 e 1913), a Autora afasta-se da ribalta militante e prossegue a caminhada simplesmente retomando a escrita literária. Nas suas novelas e romances, *A Boa Mãe* (1908), *A Verdadeira Mãe* (1925), *De como Portugal foi chamado à Guerra* (1919) e *O Direito da Mãe* (1925), nota-se o enaltecimento da burguesa mãe como a mulher educada, auxiliar do marido e educadora exemplar dos filhos. Não há mães operárias ou mães solteiras, mas maioritariamente burguesas casadas, centro do lar, e que vivem em função da família. A linha positivista republicana é sublinhada de forma reiterada e directa a partir de 1911 embora sempre tenha lá estado. A sua postura sobre o divórcio muda na ficção da década de vinte, não encontrando aí solução para a vida da mulher burguesa, pois compete-lhe suplantar a maternidade ao divórcio, mesmo quando vive um casamento falhado. Surpreendente é Castro Osório ter sido a favor do divórcio no período pré-República e ter contribuído para a redacção da lei. No entanto, não sua obra não se encontram alternativas para a mulher divorciada ter sucesso quando separado do marido. Pelo contrário, mostram-se as desvantagens económicas para a

mulher e o mau exemplo a dar aos filhos se se optar por essa via, particularmente na sua obra dos anos vinte. A obra *O Direito da Mãe* (1925) ilustra bem essa realidade.

No terceiro capítulo, explorar-se-á a função social da mulher mãe na realização de actividades filantrópicas que promovam a higienização da sociedade, a erradicação das “chagas sociais” e a luta contra a miscigenação. Através de associações de beneficência, Castro Osório sugere que a burguesa casada contribua para a erradicação das “chagas sociais” como o analfabetismo, a falta de higiene, a prostituição, a vagabundagem, o crime, entre outras, não apenas no território nacional, mas também nas “colónias” portuguesas nas Américas. Particularmente no romance *Mundo Novo* (1922), essa realidade tem como pano de fundo o Brasil, mais especificamente os espaços urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. A Autora está preocupada com a emigração em massa para o Brasil e a mistura dos portugueses com imigrantes de outras nacionalidades e raças. Teme a miscigenação. Partindo do pensamento de Ann Stoler, compreender-se-á como a mulher tal como o homem tem um papel relevante a desempenhar em função da nação no que concerne, neste caso, à manutenção da pureza da raça e identidade lusas. A sexualidade transforma-se num assunto de estado e cabe à mulher vigilar a natureza dos filhos que dá à pátria (Stoler 1995: 78-80). Além disso, deve educar-se para transmitir conhecimentos e valores aos futuros cidadãos portugueses e, assim, prepará-los para saberem preservar a identidade lusa.

A linha de análise da obra de Castro Osório terá como base a noção de que o movimento feminista português, no período republicano, é de cariz moderado e cuja

principal reivindicação consiste na luta pela educação para todas as mulheres. Assim sendo, considera-se Ana de Castro Osório activista da causa feminista, num contexto político adverso, tendo em conta a sua luta durante o regime monárquico. Contudo, trata-se de um feminismo com uma vertente conservadora forte se se atentar no modelo de família patriarcal presente ao longo de toda a sua obra e a atenção dispensada ao papel da mulher enquanto mãe na família. É neste contexto que esta tese procura evidenciar algumas contradições (aparentes) na obra de Castro Osório no que ao papel social da mulher diz respeito, numa linha de continuação da defesa constante da vertente maternal feminina, foco prioritário da agenda feminina. Castro Osório é uma cidadã do mundo e uma mulher informada sobre os debates do seu tempo e adequa-os ao contexto nacional, numa sociedade com um grau de literacia diminuto, logo com muita dificuldade Castro Osório poderia ter ido mais longe na sua postura de publicista feminista. Por conseguinte, a sua batalha pela educação justifica-se numa sociedade em que as mulheres não possuem conhecimento informativo jamais o podem transformar na tomada de consciência por outros direitos. Daí que a Autora insista em *Às Mulheres Portuguesas* no auto-conhecimento. Nesse sentido, Paula Correia interpreta a posição de Castro Osório como defensora da “antiga sentença socrática – conhece-te a ti mesmo.” Para Correia, a publicista pretende elucidar a mulher portuguesa da importância de reconhecer a sua situação cívica precária e consciencializar-se daquilo que deve a si própria para, então, poder assumir um acto (o casamento ou qualquer outro) em plena liberdade e responsabilidade (Correia 2000: 65).

Em suma, enquanto publicista feminista Castro Osório dá a conhecer ao país o substancial atraso da mentalidade da mulher portuguesa por falta de uma educação e instrução adequadas à sua classe social e estado civil. A sua luta feminista enforca-se na alfabetização da mulher para a tomada de consciência da reivindicação por mais direitos femininos. No entanto, a Autora sublinha veementemente o papel da mulher na família e a sua função maternal, suplantando-a relativamente ao exercício de uma profissão fora do espaço doméstico, particularmente no caso da burguesa mãe. Deste modo, a mãe burguesa é aquela que conta para o regime republicano e para Castro Osório (enquanto protagonista das suas novelas e romances) e cabe a ela contribuir para o desenvolvimento de Portugal e preservação da identidade nacional. Nesse sentido, a Autora acaba proclamando um feminismo conservador e restritivo, contudo, o único que se ajusta ao seu tempo numa sociedade conservadora como a portuguesa.



## Capítulo 1

### I. A Educação: pilar de sustentação do ideário feminista português

*Não há país que avance e progrida se a mulher for nele uma  
serva perante a lei, uma inferior pela falta de instrução,  
um valor nulo na sociedade e na família.*<sup>3</sup>

Ana de Castro Osório

O direito à educação nem sempre foi um privilégio das massas, mas apenas de uma pequena elite cuja classe social e estatuto económico justificavam o acesso de um grupo restrito de homens e algumas mulheres à cultura. Numa sociedade conservadora como a portuguesa, a mulher burguesa estivera sempre condicionada ao exercício das suas funções na família, ora como filha, esposa ou mãe. Mas na segunda metade do século XIX, o encurtamento das distâncias trazido pelo comboio, assim como a maior comunicação entre as pessoas faz com que se tome maior conhecimento do que se passa nos restantes países da Europa e, conseqüentemente, se tome maior consciência do desfasamento entre o nível de educação recebido pela mulher portuguesa e as suas congéneres europeias. Como país profundamente agrícola, economicamente vulnerável (principalmente após a perda do Brasil colónia em 1822 e o Ultimato inglês em 1890), politicamente instável e com uma elevada taxa de analfabetismo da sua população, nomeadamente feminina de 85% em 1900 (Esteves 2011: 75), Portugal enfrenta a viragem do século com algumas dificuldades.

No final de oitocentos, o debate em prol do ensino secundário para a população feminina agudiza-se, surgindo vozes discordantes sobre o tipo de educação a oferecer

---

<sup>3</sup> Osório, Ana de Castro. “O valor social da mulher.” *A Mulher e a Criança*. 11, 1910.

à mulher portuguesa. A doutrina positivista, propagada por Auguste Comte (1798-1857), permeia as propostas educacionais apresentadas a seguir, apesar de ser de forma mais directa numas do que noutras. A ideologia positivista elege a mulher enquanto guardiã da moral e dos costumes, anulando a sua participação no espaço público. Privilegia-se o papel da mulher enquanto esposa, mãe e, acima de tudo, educadora dos filhos. A mulher é a “rainha do lar” e o “anjo tutelar” (Ismério 1995: 10-11). A erudita Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) e o futuro Primeiro Ministro da Educação, Dom António da Costa (1824-1892), analisam a temática da educação feminina à luz da ideologia positivista e partindo duma perspectiva monárquico liberal. Neste sentido, ambos advogam uma educação feminina que prepare devidamente a jovem portuguesa para o exercício da sua função social de esposa e mãe no espaço doméstico. Outras vozes há que premeiam a igualdade de acesso à educação por ambos os sexos e cujos currículos primem pela implementação de programas curriculares comuns, educação igualitária. Na cena portuguesa, os protagonistas dessa posição são Alice Pestana (1860-1929), Bernardino Machado (1851-1944) e Ana de Castro Osório (1872-1935).

Nas duas secções deste capítulo serão analisadas as diferentes propostas educacionais promovidas pelos autores portugueses. Na primeira, tomar-se-á conhecimento do debate oitocentista em torno da institucionalização da educação secundária feminina. Apresentar-se-ão, por um lado, as posições positivistas de Maria Amália Vaz de Carvalho e Dom António da Costa em prol da educação secundária feminina e, por outro lado, as posições de inspiração liberal inglesa protagonizadas pelos pedagogos Alice Pestana e Bernardino Machado. De seguida,

reflectir-se-á sobre algumas razões do atraso português na institucionalização do ensino secundário feminino se comparado com potências europeias como a Inglaterra ou a França. O atraso económico de Portugal e o facto de a cultura portuguesa se enraizar no Catolicismo constituem algumas dessas causas. Na segunda secção deste capítulo, explorar-se-ão as propostas educacionais de Ana de Castro Osório (1872-1935) para a mulher portuguesa de classes sociais distintas: burguesa, operária e camponesa, seguida da análise de algumas obras que ilustram o seu pensamento: *A Capela de Rosas* (1900), *Ambições* (1903), *Às Mulheres Portuguesas* (1905), *A Verdadeira Mãe* (1925), *O Direito da Mãe* (1925), o artigo “As operárias da fábricas de Setúbal e a greve” (1911) e artigos do jornal *A Semeadora* (1915).

Vaz de Carvalho vislumbra a mulher burguesa unicamente na esfera doméstica, onde deverá exercer os seus deveres familiares e conjugais. Em *Mulheres e Criações* (1880), a autora deixa claro a sua rejeição pela “desigualdade intelectual” entre homem e mulher, pois a mulher deverá ler e aprender para se tornar uma melhor companheira do seu marido, o seu “auxílio” e “complemento,” e educar exemplarmente os filhos (24-25). Para inculcar esses valores no sexo feminino, a Autora sugere que as raparigas sejam educadas desde cedo em casa por preceptoras ou pelas próprias mães, que lhes deverão inculcar conhecimentos e valores morais próprios de futuras esposas e mães modelo. Em *Cartas a uma Noiva* (1881), Vaz de Carvalho esclarece: “O que desejo ardentemente é que te [a esposa] interesses pelo que interessa a teu marido, que te identifiques com ele; que estudes as exigências do seu espírito e que, sempre que não entendas, te submetas!” (154). Este tipo de comportamento feminino manterá a mulher em sua casa, o seu lugar por excelência,

obedecendo às vontades do seu tutor, o que lhe trará seguramente a harmonia matrimonial, acrescenta em *Cartas a Luiza* (1891). Cabe à mulher manter-se no espaço doméstico consciente dos seus deveres conjugais, familiares e sociais (44).

Para defender a sua perspectiva sobre a educação secundária feminina, Vaz de Carvalho, ainda em *Cartas a Luiza*, aponta o modelo educativo francês como péssimo exemplo a seguir e, por isso, considera que não deverá ser implementado em Portugal. Lá, a educação é igualitária para ambos os sexos, preconizando-se o livre acesso do homem e da mulher a qualquer profissão. Consciente do constante hábito português de “se limitar a copiar servilmente o que os outros [os franceses] lhe mandam, inventado e executado já com superior perfeição” (35), Vaz de Carvalho propõe que não se imite os modelos educacionais nem dos franceses nem de outros povos, mas que se crie um modelo de educação feminina ajustado à mentalidade nacional (36). Na sua opinião, a separação entre a educação feminina e a masculina deverá constituir um imperativo português, oferecendo-se à mulher os conhecimentos que façam dela um verdadeiro “auxílio” do esposo na esfera privada e, ao homem, ofereça-se a preparação adequada para lidar com os negócios e a política na esfera pública (39). Segundo Vaz de Carvalho, em *Mulheres e Criações*, a mulher jamais deverá desejar a “loucura” da emancipação (26). Exercer uma profissão fora do lar, levando a mulher a competir com o homem pelos postos de trabalho para além de contribuir para a perda da sua feminilidade, não constitui algo que se adeque à sociedade portuguesa, onde a mentalidade das pessoas, nomeadamente das jovens, não está preparada para esse modo de vida, típico de uma sociedade avançada como a americana, afirma em *Cartas a Luiza* (154-155).

Vaz de Carvalho mostra estar ao corrente do que se passa em países desenvolvidos como a França ou os Estados Unidos no final de oitocentos, onde a população feminina de classe média há muito que tem acesso ao ensino secundário e, inclusive, ao ensino superior (Bolt 1995: 77).<sup>4</sup> Desde aquele que se considera o primeiro manifesto feminista do mundo ocidental da inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), *A Vindication of the Rights of Women* (1792), que em Inglaterra se luta pela igualdade de acesso à educação para ambos os sexos, ideais que se espalham em França na voz de feministas francesas como Flora Tristan (1803-44) ou americanas como Susan B. Anthony (1820-1906). Em *Educating Women: Schooling and Identity in England and France 1800-1867* (2007), Christina de Bellaigue mostra como em Inglaterra e França a educação secundária constitui um privilégio dos filhos da classe média (5). Segundo Bellaigue, tanto em Inglaterra como em França privilegia-se o ensino privado feminino. Na primeira metade do século XIX, enquanto que em Inglaterra o ensino depende da iniciativa privada, em França, a educação feminina constitui um investimento estatal a nível nacional (8). Em Inglaterra, as mulheres casadas educam as filhas em casa nos primeiros anos escolares, juntamente com meninas da vizinhança, e as mulheres solteiras alugam casas para proporcionar o ensino secundário às jovens da comunidade, sem que haja qualquer intervenção do

---

<sup>4</sup>Nos Estados Unidos da América, a educação feminina secundária é promovida desde cedo, logo depois da sua independência (1776). Sem os condicionamentos de um regime monárquico e a hierarquia social definida como na Europa, a aposta na educação é uma forma de valorizar o ser humano. No início do século XIX (1837), estabelecem-se universidades exclusivamente para mulheres em alguns estados e a partir da guerra civil (1861-65), as mulheres são chamadas a substituir a população masculina nos postos de trabalho e cada vez mais estabelecimentos de ensino superior abrem as suas portas à população feminina (Bolt 1995: 88).

Estado. Para além do exercício desta actividade lhes proporcionar independência económica, funciona também como prática para exercer o seu instinto maternal na esfera pública, daí que se auto-denominem por “schoolmothers” (9). Com efeito, o sistema educacional inglês depende da capacidade empreendedora da classe média, que instituiu um ensino de cariz voluntário e independente quer para raparigas, quer para rapazes até à homologação do Acto Educacional de 1869, que traz o ensino público obrigatório para crianças entre os cinco e os treze anos. A partir da Revolução de 1848, em França, o ensino secular feminino desenvolve-se por todo o país, em regime privado e público, sendo o primeiro regulado e integrado na administração pública. Ao contrário de Inglaterra, em que é comum as jovens solteiras serem professoras na esfera pública, não as casadas, em França, é socialmente aceite as senhoras casadas serem directoras de escolas, estabelecendo, inclusive, parcerias com os maridos na gestão escolar (9-10).<sup>5</sup>

Pelo contrário, em Portugal, a educação feminina sempre enfrentara obstáculos de ordem política, dificultando a sua implementação generalizada na sociedade, ficando-se pela fomentação do ensino para as classes privilegiadas, de carácter conventual ou privado (Lopes 2005: 47). Desde a Revolução Liberal portuguesa (1820) que se almejava a expansão do ensino para todos, interpretando-se

---

<sup>5</sup> Um dos ideais da Revolução Francesa de 1789 foi a institucionalização da educação para as massas como forma de formar o novo cidadão (Quartararo 24). No entanto, durante a Terceira República Francesa (1870-1940), implementaram-se políticas promovendo a preparação da mulher para o melhor desempenho de funções na esfera doméstica e fomenta-se o regresso das senhoras casadas ao lar com o intuito de elevar o índice demográfico francês. Após a perda de milhares de cidadãos na Guerra Franco-Prussiana, a França necessita de mais cidadãos para o exército e alicia o aumento da natalidade através da descida de impostos às famílias numerosas (Offen 652-660). De qualquer forma, a mulher continua a ter acesso ao ensino quer privado, quer público (Margadant 1986: 28).

a educação como motor de desenvolvimento de uma sociedade civilizada. Mouzinho da Silveira (1780-1849) e Almeida Garrett (1799-1854) são os grandes impulsionadores desta ideia, contribuindo para que em 17 de Novembro de 1837 o ministro Passos Manuel (1801-1862) promulgue o diploma aprovando o Plano dos Liceus Nacionais e Ensino Secundário em geral (Lopes 2005: 60-70). No tratado intitulado *Da Educação* (1829), Garrett acrescenta, “O fim geral da educação [é] fazer um membro útil e feliz da sociedade” (12). Segundo Maria Cândida Proença, o diploma que prevê a criação de liceus em todas as capitais de distrito é de inspiração francesa, um ensino de influência burguesa, introduzindo disciplinas de carácter científico e utilitário para a preparação do jovem para a vida prática. Todavia, por falta de verbas, os liceus acabam não abrindo ao público (Proença 1998: 217-20). Mais tarde, abrem-se escolas secundárias para rapazes, mas com a crise política de 1890, a degradação do ensino secundário é extrema, servindo apenas para a realização de exames no final do ano lectivo para acesso ao ensino superior. Segundo Maria Cândida Proença, a primeira tentativa séria de aposta no ensino secundário vem da parte do Presidente do Conselho Superior da Instrução Pública, Jaime Moniz (1837-1917), promulgando “um documento de nítida inspiração alemã” para alterar a situação vigente. Jaime Moniz tem uma forte admiração pela pedagogia alemã; impõe um ensino autoritário, com a introdução de livros únicos por disciplina, levando a um descontentamento geral da população (Proença 1998: 221-225). No entanto, a falta de preparação de professores para seguir normas pedagógicas alemãs leva a que a preferência se tenha mantido no ensino privado (Proença 1998: 226). Em Portugal, como se vê, não se desenvolve um ensino secundário próprio,

adequado às necessidades nacionais, mas procura-se promover aquele concebido e ajustado a sociedades estrangeiras. Bem dizia Maria Amália Vaz de Carvalho, em *Cartas a Luiza*, que em Portugal se criara o hábito de imitar o que já vem executado de fora (35). E esta situação arrasta-se até ao final de oitocentos quando Dom António da Costa assume as funções de Ministro da Instrução Pública (1870).

Seguindo a mesma linha positivista e monárquico liberal de Maria Amália Vaz de Carvalho, Dom António da Costa, no seu livro *A Mulher em Portugal* (1892), alvitra a criação de escolas profissionais que tenham em linha de conta a especificidade “natural” da mulher. Segundo o pedagogo, devem ser-lhe ensinadas áreas que possam ter utilidade doméstica, como bordados, rendas, costura, pastelaria, puericultura, culinária..., munindo a mulher de habilidades que façam dela uma melhor dona de casa, esposa e mãe (356). Efectivamente, o ministro não é a favor do desenvolvimento da mulher a nível científico, pois considera o ensino universitário inadequado para o sexo feminino (360-363). Distingue a educação em três vertentes, de acordo com o género e a classe social do indivíduo: “educação especial” (prática) para a mulher do povo; instrução (com conotação moral) para a mulher da classe média e “educação superior” (científica) para o homem (405-406). Assim, à mulher portuguesa começa a ser-lhe oferecido algum espaço na esfera pública, contudo, não se trata de mais do que permitir-lhe executar actividades especificamente de acordo com a sua natureza feminina. Assiste-se à “transição entre formas privadas de patriarcado para formas públicas de patriarcado” (Araújo 1992: 7), ou seja, a mulher começa a estar presente na esfera pública mas as suas áreas de intervenção continuam a ser regidas e controladas pelo homem, o patriarca.



Ainda no que concerne ao ensino secundário, o Ministro José Luciano de Castro promulga a lei para a abertura do primeiro liceu feminino em Portugal em 1888. No final deste ano, Alice Pestana, pedagoga de reconhecido mérito, recebe uma bolsa do Ministério da Educação para visitar durante dois meses os estabelecimentos de instrução secundária feminina em alguns países da Europa (França, Suíça e Inglaterra) com o intuito de verificar que especificidades do ensino secundário estrangeiro poderão ser aplicadas ao ensino português ou não (Rosa 1989: 7). Mais uma vez, pretende-se imitar o modelo educacional estrangeiro, pelo que em Portugal parece não haver um ministério capaz de reunir pedagogos que criem um modelo educacional feminino ajustado às necessidades nacionais. Ou se copia o que outros fazem nos seus países ou se deixa que a mentalidade feminina portuguesa se molde pela Igreja (mais propriamente pelos sermões dos padres) ou pelos ensinamentos de preceptoras estrangeiras (normalmente inglesas, alemãs e francesas). Alice Pestana, tal como Maria Amália Vaz de Carvalho, critica, em *Comentários à Vida* (1900), o hábito das famílias burguesas de contratar preceptoras estrangeiras para educarem as jovens. Para além de contribuir para a desnacionalização do ensino nacional, essa medida contribui para a perda da transmissão de conhecimentos intrínsecos à cultura portuguesa às novas gerações: “as centenas de estrangeiras que, sem outra razão além da nossa inépcia, têm a educação das nossas filhas fechada em mãos que o entusiasmo não aquece” (56).

Apesar da sua vontade em alargar o ensino às mulheres de todas as classes sociais, Alice Pestana acaba por reduzir as suas propostas a um ensino classista, o que faz com que não se distancie tanto assim da linha educacional monárquica liberal

de Dom Afonso da Costa, por exemplo. Na mesma obra, a pedagoga culpa a má política de ensino portuguesa até então, levando a que “em 5.049.729 habitantes, há 4.000.957 que não sabem ler. Tirado pouco mais de um quinto da sua população, Portugal é um país de analphabetos” (141). Para colmatar a situação vigente, Alice Pestana propõe uma educação secundária exclusiva da classe média abastada com um leque diversificado de disciplinas e adapta os currículos das escolas profissionais francesas para os asilos femininos portugueses, oferecendo disciplinas de cariz doméstico.<sup>6</sup> Ainda em *Comentários à Vida*, Alice Pestana esclarece:

a instrução secundária é, propriamente, a instrução da classe média da sociedade, essencialmente operadora e pensante. Acima das camadas populares, afanosas no amanho da terra, no árduo labor das indústrias rudimentares e das artes mechanicas, nenhum homem pode ser hoje dispensado deste grau de cultura, notificado numa certidão de exame que é como bilhete permanente, que lhe assegura o logar escolhido na classe que lhe compete (62).

Pestana advoga que as disciplinas curriculares se adequem à classe social das alunas. Os conhecimentos adquiridos basear-se-ão na língua, história e literatura pátrias, na geografia, sobretudo a do país e das colónias, nas línguas vivas, em noções de ciências físicas e naturais, elementos de matemática, ginástica, higiene, economia doméstica e culinária (Rosa 1989: 28-29), levando a jovem a adquirir a preparação ajustada ao desempenho das funções de esposa e mãe, devendo ser aprumada na realização das tarefas do lar. Ainda, a pedagoga propõe para as mulheres da classe

---

<sup>6</sup> Aqui entenda-se por asilos, as instituições que recolhem jovens órfãs de pai e mãe.

baixa o desenvolvimento de actividades remuneradas em casa (bordados, pastelaria, costura...), onde as mulheres possam estar mais perto dos filhos, extinguindo, assim, a ocupação de operária na fábrica. Alice Pestana preconiza um novo papel feminino, o de “mãe industrial,” sugerindo o exercício de uma actividade dentro do espaço doméstico, de modo a que a mulher não se desvincule da casa. Para as mulheres oriundas de classes mais favorecidas, a pedagoga sugere o desempenho da função de professora primária, como extensão da função maternal na esfera pública (Rosa 1989: 29-30). A pedagoga mostra ter uma perspectiva distinta da educação consoante a classe social da mulher, o que remete para a vivência numa sociedade cada vez menos democrática e cujo principal objectivo passa pela manutenção da ordem social, meta vislumbrada anteriormente pelos pedagogos seiscentistas como Ribeiro Sanches ou Luiz António Verney.

Mas o atraso da extensão do ensino secundário às jovens portuguesas, relativamente a outros países europeus e aos Estados Unidos, não constitui apanágio unicamente português. O Congresso Pedagógico Hispano Português Americano, de 1892, é prova disso, onde Alice Pestana e Bernardino Machado se juntam aos seus congéneres espanhóis e a vozes como Concepción Arenal (1820-1893) e Emília Pardos-Bazán (1851-1921) para reivindicar o ensino secundário feminino não só em Portugal, mas também em Espanha, onde também não se fomentava a co-educação e se discriminavam os programas curriculares consoante os sexos e as classes sociais

(Johnson 2003: 17; Bosh 1988: 47-8)<sup>7</sup>. E o primeiro liceu feminino português apenas abrirá portas em 1906, a Escola Maria Pia, em Lisboa (Lopes 2005: 88).

Para além da educação secundária, que promove a formação profissional e restringe a mulher ao exercício de funções relacionadas com o espaço doméstico, o debate oitocentista sobre a educação fomenta, ainda, que seja banida a diferenciação por sexo no acesso dos jovens à educação, permitindo tanto rapazes como raparigas enveredarem por diversas carreiras profissionais. Esta linha liberal de pensamento, representada na cena portuguesa pelos republicanos Alice Pestana, Bernardino Machado e Ana de Castro Osório advém da corrente liberal inglesa, que propõe a educação igualitária para ambos os sexos. Mary Wollstonecraft e John Stuart Mill são os promotores da defesa da não inferioridade intelectual da mulher. Pelo contrário, acreditam no potencial da inteligência feminina para exercer uma profissão após ter sido preparada pela via da educação. Bernardino Machado segue essa linha de pensamento. O pedagogo e político milita pelo ensino secundário oficial, enquanto expansão do ensino profissional, e apela para a criação de colégios particulares femininos para educar a mulher e alargar os seus horizontes, não ficando limitada à educação secundária oficial, que apenas a prepara para melhor desempenhar as suas obrigações domésticas (Rosa 1999: 11-14). A proposta de Bernardino Machado sobre a formação de Escolas Maternais, onde deverão ser educados os filhos das mulheres operárias, é inovadora relativamente à perspetivação que se tem do cômputo educacional nacional e vem influenciar

---

<sup>7</sup> A taxa de analfabetismo feminino em Espanha também é elevada neste período: 71,4% em 1900 e, ainda, 57% em 1920 (Domingo 1996: 59-60). O mesmo problema é comum à Grécia e à Itália conforme Morrisson, Christian and Fabrice Murtin. "The Century of Education." *Journal of Human Capital*. 3.1. (Spring 2009). 1-42.

sobremaneira o pensamento e o ideário feminista proposto pela publicista e grande amiga do pedagogo, Ana de Castro Osório, que será explorado na segunda secção deste capítulo.

Mas em Portugal para além de constrangimentos políticos na institucionalização da educação feminina, há causas de foro económico e cultural que estão na base do atraso cronológico da sua homologação. Além da tardia transição do regime liberal para o regime democrático; da debilidade da pequena burguesia portuguesa, o facto de Portugal ser um país agrícola, economicamente atrasado, a influência da Igreja Católica na política, sociedade e economia constituem factores que não se devem ignorar quando se pretende compreender o atraso educacional da população portuguesa, particularmente das mulheres. Segundo a filóloga alemã, Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925), “a mulher d’aquém dos Pirinéus é mais primitiva que as demais companheiras da Europa,” por isso “aceitam as palavras do Evangelho e da Igreja [Católica] ... como verdades inabaláveis, barreiras que é inglório, e aliás impossível, destruir” (Vasconcelos 2002: 29). Sendo a mulher portuguesa iletrada, mais vulnerável sempre estivera aos preceitos religiosos, repetindo os mandamentos e as palavras que o padre proferira na missa de domingo. Sem mesmo compreender todo o seu conteúdo, baseara nele o mote por que regera a sua vida. Daí que Ana de Castro Osório se queixe da postura da mulher portuguesa, independentemente da sua classe social, pois ela não apresenta pré-disposição para aprender ou para lutar pelos seus direitos. Pelo contrário, ao ouvir falar na palavra feminismo, “a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que ellas não são responsáveis, louvado

Deus!...” (Osório 1905: 11). Sendo a mentalidade portuguesa conservadora, a mulher nunca fora vista como igual ao homem, quer em direitos, quer em deveres. Desde logo, na Parábola do Antigo Testamento, relativa ao pecado original, Eva é responsável por fazer Adão pecar. A partir daí, a Igreja proclama a Mulher como veículo de pecado para a humanidade. A única Mulher que a Igreja Católica respeita é Maria, a mãe de Jesus, que se distancia de todas as outras mulheres pelas suas virtudes imaculadas. Como refere a socióloga Silvana Mota Ribeiro:

Não restarão dúvidas de que o discurso oficial da Igreja [Católica] terá sido fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao género e de que ‘a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo (Ribeiro 2000: 4).

No Novo Testamento, a Igreja Católica continua a consagrar a mulher como um ser inferior, construída a partir de uma costela do homem, o que, nas palavras de Mota Ribeiro, confere à mulher um carácter “derivativo e imperfeito” (Ribeiro 2000: 8).

Por oposição, em Inglaterra e nos Estados Unidos, onde o poder da Igreja Católica é nulo, desde cedo que as mulheres sentem o desejo de aprender a ler para serem capazes de ler a Palavra de Deus directamente na Bíblia e serem capazes de divulgá-la. Os ideais do Protestantismo com a sua ênfase no individualismo, a salvação pessoal, a leitura e interpretação privada da Bíblia suplanta o pensamento e a fé colectivos da Igreja Católica e coloca o indivíduo como o maior responsável pelo seu destino. Esta é uma razão raramente apontada como forma de se compreender o porquê da reivindicação mais tardia dos direitos das mulheres no Sul da Europa (França, Espanha, Portugal...), no entanto, constitui parte importante da

história desses países para se compreender a história das suas mulheres<sup>8</sup>. Desde logo em *A Vindication of the Rights of Women* (1792), Mary Woollstonecraft mostra como as inglesas se devem basear na Bíblia para reivindicar os seus direitos sociais, visto que homem e mulher são iguais aos olhos de Deus, portanto ambos poderão propagar a sua palavra (84-88). E são essas convicções que se espalham nos Estados Unidos e fazem com que as convenções religiosas se transformem em convenções feministas como aconteceu com a Convenção de Séneca Falls, Nova York, em 1848.<sup>9</sup> Além disso, tratam-se de países altamente industrializados, havendo, por isso, a necessidade de integrar a mulher na vida laboral, concedendo-lhe aos poucos um crescendo de emancipação. Segundo Zina Abreu, o sucesso do liberalismo político no mundo anglo-saxónico constitui um factor decisivo na emergência dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, o que não acontece nos países do Sul da Europa continental (onde predomina o conservadorismo) (Abreu 2002: 459).

Por seu turno, a moral portuguesa mantivera-se refugiada no Catolicismo durante séculos, sendo os sacerdotes os intermediários da palavra de Deus, não levando a que a mulher portuguesa procurasse ter vontade e/ou curiosidade para ler o Velho e o Novo Testamentos. Assim, ela deixara-se moldar, a sua mente e a sua vida, pela Igreja, que, muitas vezes, distorcera a palavra de Deus para controlar a sociedade, particularmente o comportamento feminino. Em *A Mulher e a vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principais aspectos* (1872), Lopes Praça

---

<sup>8</sup> Note-se que as mulheres francesas apenas conseguiram o direito de voto em 1944, pois havia o receio de a Igreja Católica influenciar as mulheres e o regime republicano sucumbisse (Margadant 1986: 76).

(1844-1920) advoga a má interpretação do Evangelho como factor que tem contribuído para a degradação do papel da mulher: “nem sempre os padres da igreja deram às lições do Evangelho toda a sua elevada significação” e “por vezes deixaram no escuro e prejudicaram com suas interpretações a emancipação feminina” (46).

Em suma, o índice de analfabetismo elevado a nível nacional, a ideologia positivista seguida pelos pedagogos portugueses, a desadequação de um modelo educacional às necessidades das pessoas e o facto de a cultura portuguesa ter raízes profundas no Catolicismo constituem os principais factores que condicionam sobremaneira a luta pelos direitos femininos na sociedade portuguesa. Certo é que as especificidades de cada país contribuem para o maior ou menor desenrolar do movimento feminista. As razões políticas, económicas, sociais e religiosas moldam a matriz do ideário feminista da Europa e dos Estados Unidos. Assim, nos países de ideologia protestante e industrialmente desenvolvidos, torna-se mais fácil a integração da mulher no mundo laboral e, por conseguinte, a luta pelos seus direitos é mais forte e mais cedo ouvida. Em Portugal, assim como em Espanha, especialmente, obstáculos de foro económico, político, religioso e cultural retardam o desenrolar do movimento feminista.

## **II. Ana de Castro Osório e o direito à educação**

A fim de colmatar o atraso nacional num período politicamente conturbado, de transição entre a Monarquia e a República, Ana de Castro Osório propõe em *As Mulheres Portuguesas* (1905) que se eduque a mulher portuguesa de todas as classes



sociais (43).<sup>10</sup> Nessa colectânea de ensaios, dirige-se às mulheres do seu país, “que tão insuficientemente são educadas para serem as companheiras e as mães do homem moderno” (8) de modo a apresentar-lhes uma análise da situação de atraso nacional vigente pela inexistência de escolas que preparem a população portuguesa, maioritariamente feminina. Ao tomar conhecimento de quem a Autora aponta como destinatárias deste ensaio, compreende-se melhor a sua preocupação com o facto de a mulher portuguesa não estar a ser devidamente preparada para exercer as funções sociais de companheira e mãe do homem português. Consciente da tradição do governo português de importar modelos de educação estrangeiros a cada nova legislatura, Castro Osório apela, no mesmo texto, à implementação de “uma educação fundamentalmente portuguesa” (78). Ainda, explica que o estudo e o trabalho constituem o veículo para a mulher de todas as classes sociais adquirir a sua “carta de alforria” (21).

Castro Osório diferencia a educação a oferecer à mulher casada daquela que a mulher solteira deverá receber. A publicista feminista propõe educar a mulher mãe de modo a muni-la de habilitações que permitam fazer dela um apoio constante do marido, assim como uma educadora exemplar dos filhos. Do mesmo modo, propõe a educação da mulher solteira ou chefe de família para que esta tenha meios de se sustentar a si e aos seus (Osório 1905:54). No ensaio “No aniversário duma escola,”

---

<sup>10</sup> *As Mulheres Portuguesas* (1905), obra considerada por Maria Regina Tavares da Silva “o manifesto feminista português,” por mencionar, “de forma muito clara e radical questões relacionadas, por um lado, com a situação da mulher, o seu estatuto legal e os condicionalismos culturais inerentes e, por outro lado, questões de índole mais teórica, sobre o feminismo, a igualdade dos sexos, o direito à educação e ao trabalho, o direito a salário igual” (1993: 286).

inserido em *Às Mulheres Portuguesas*, a publicista elogia o trabalho desenvolvido pelos professores e sugere que no futuro sejam as mulheres solteiras a educar as crianças, desempenhando a função de professoras primárias, pois as casadas têm outros afazeres na família, junto do marido e dos filhos (Osório 1905: 93). Através das suas palavras, nota-se que além de distinguir a educação direccionada à mulher mãe, útil na esfera privada, daquela destinada às mulheres solteiras, livres para exercer uma profissão, Castro Osório coloca a mulher casada mãe numa categoria distinta, limitada ao espaço doméstico. No que concerne à mulher solteira, Castro Osório atribui-lhe o desempenho de funções que exigem a transferência dos dotes maternais da jovem para a esfera pública, educando os pequeninos, o que evidencia o quanto a vertente maternal da mulher é cara ao seu projecto educativo. De facto, a visão restritiva da educação feminina cujos ensinamentos e exercício de funções dependem do estado civil do educando sublinha a vertente conservadora positivista do ideário feminista da publicista.

### **III. Crítica à situação educacional feminina de final de Oitocentos**

A atitude da Autora em denunciar a necessidade de implementação de um ensino extensivo a todos inicia-se logo nas suas primeiras obras de ficção, cuja publicação ocorre ainda no final de Oitocentos. *Infelizes* (1898) denuncia a realidade educacional feminina nacional. Nesta colectânea de contos, Castro Osório expõe a situação social da mulher analfabeta portuguesa, se casada, limitada ao espaço doméstico e se solteira, enclausurada no convento, remetida a uma fé que não possui. Apenas as meninas privilegiadas são educadas nos conventos; as outras, permanecem

eternas aprendizes na escola da vida. Só os homens têm direito a uma educação oficial.

No conto “O Solteirão” (1898), o Dr. Mendes estuda para médico e embora nunca case, é independente economicamente. Ao invés, as suas irmãs são sustentadas por ele, solteiras e conduzidas na vida pelos sermões dos padres (36-40). Ou o conto “O Cúmulo” (1898), em que a mãe viúva chega a roubar em casa dos patrões para que as filhas possam vestir bem na ida à missa de domingo, pois arranjar um marido rico era a única forma que a mulher tinha de ser respeitada, desempenhando os papéis de esposa e mãe (78-79). Mesmo que a mulher não fosse feliz no casamento como no caso do conto “A Senhora Angélica” (1898), em que Angélica sofre porque o marido bebe e bate-lhe. Mas, afinal, o Joaquim “... sempre fora bom homem, isso é verdade! Amigo da pinguita, por isso não juntaram vintém; [...] mas bom homem, no fim de contas, bom homem” (57-58). A Autora refere a recorrência a bruxarias e superstições nas classes populares, como no conto “A Feiticeira” (1898), quando a Maria, jovem bonita, forte e lutadora, é afastada de Manuel porque a inveja alheia não a consentia naquela comunidade. Pelo contrário, Teresinha, moça recatada e sem opinião, é “empurrada” para os braços de Manuel (72-74).

No conto “A Sacrificada” (1898), Manuela sacrifica os seus direitos de mãe em prol das convenções sociais. Na sociedade conservadora, uma moça solteira não deve assumir-se como mãe. Então, ela entrega a filha aos cuidados de uma ama e entra no convento para sempre (252-253). Aprende a zelar pelas irmãs mais velhas e encontra aí a sua única utilidade humana, “numa vida quasi vegetativa” (258). A madre Angélica condena as acções pertencentes ao passado de Manuela: “Então, a

minha filha quer dar a essas meninas o público espectáculo da sua antiga culpa?!”  
(259). Finalmente, Manuela é autorizada a convidar a filha para a sua beira, mas está proibida pela Madre Superior de a assumir como tal. Cristina passa a ser vista por todos como sua afilhada. Não tendo sido educada pela mãe, Cristina e Manuela não sentem ter nada em comum e não desenvolvem uma relação afectiva (260). Mais tarde, Cristina vai viver com o tio materno, acabando por casar com ele por ser um homem abastado (264-5).

No conto “Diário de uma criança” (1898), a autora critica a educação que é dada a Raquel, por preceptoras estrangeiras, em casa dos tios em Lisboa. Aprender francês, geografia e história conduzida por preceptoras estrangeiras constitui o modelo de educação preconizado na época às meninas de bem. A educação ministrada consiste em inculcar valores de uma cultura estrangeira, afastando as meninas dos valores e conhecimentos da cultura portuguesa. Já Maria Amália Vaz de Carvalho e Alice Pestana haviam criticado o mesmo. É este o retrato da educação feminina em Portugal no final de oitocentos. Realidade tosca que Castro Osório descreve nas suas primeiras obras de ficção como forma de denunciar as lacunas sociais associadas à inexistência de educação e instrução femininas, adequadas à classe social em que a mulher se insere. Como afirma a Autora no conto “A Sacrificada,” a falta de estímulo intelectual faz com a mulher portuguesa viva praticamente alheada do mundo, conotada com um ser inferior (283).

#### **IV. A educação da mulher portuguesa: burguesa, operária e camponesa**

Para além de advogar um modelo de educação que privilegia o estado civil da mulher, Castro Osório propõe, ainda, que este modelo se adequa à classe social a que a mulher pertence. A publicista apresenta uma proposta educativa que abrange no plano sócio e económico uma população feminina que comporta, particularmente, três categorias sociais: as burguesas, as operárias e as camponesas. Educadas de modo a estabelecerem como prioritário preparar as filhas para o casamento, as mães burguesas legam-lhes uma vida ociosa e fútil (Osório 1905:61). As operárias, raramente sindicalizadas, vivem numa luta permanente pela sobrevivência da própria família. Perante esta situação degradante, a Autora apela, no artigo “As operárias das fábricas de Setúbal e a greve” (1908) para a criação de associações de classe, que lutem em prol de salários iguais para ambos os sexos (105-107). Apesar de nunca o dizer explícita e directamente, é notória a distinção que a publicista estabelece entre instrução e educação ao longo dos seus escritos. Em *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve* (1908), indica a educação liceal para as jovens burguesas, com disciplinas de foro mais teórico, que exijam maior nível de abstracção como as ciências exactas, a filosofia e a literatura. No mesmo texto, propõe uma instrução prática para as operárias das fábricas, de modo a que os conhecimentos adquiridos sirvam para melhor exercer as suas tarefas laborais (5). Em *A Semeadora* (1915), a publicista feminista recomenda a “instrução agrícola” para a mulher do campo, que há-de colocá-la “no lugar que de direito lhe deve pertencer como mãe de família, num país de agricultores como deverá ser o nosso” (6). Castro Osório apresenta, assim, um escalonamento da sociedade portuguesa, oferecendo educação ou instrução às

mulheres consoante o seu estatuto social. Essa distinção entre educação e instrução ou entre um ensino teórico e outro mais prático vai ao encontro do que no século XVIII Ribeiro Sanches (1699-1783), em *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), prescreve, isto é, que a educação seja ministrada de acordo com a classe social, mantendo aqueles que exercem as profissões rústicas apenas a saber ler, escrever e contar para que fossem transmitidas determinadas profissões de geração para geração, a fim de assegurar a ordem social (Lopes 2005: 47-9). Portanto, Castro Osório reveste o ideário feminista proposto de uma ideologia educacional tradicional e conservadora, sublinhando a diferenciação da educação consoante o estado civil e a posição do indivíduo na pirâmide social.

No romance *Ambições* (1903), a dependência feminina do elemento masculino para sobreviver economicamente é evidenciada, particularmente na personagem da viscondessa. Maria Helena tivera um “papel passivo de pretendente(s), esperando vagamente o número da lotaria – que lhe dê o prêmio” (96). Leia-se: a chegada de um marido da mesma condição social através de um casamento arranjado. Não tendo tido uma educação com aplicabilidade prática como preparação para a vida, mas simplesmente a teoria das preceptoras, na senda de fazer boa figura na sociedade (português, francês, história nacional e piano), Maria Helena sente-se dependente do marido a nível económico e inútil na sua monotonia rotineira de agradar a elite social que a circunda. Tendo sido educada para apenas entregar a sua vida a um homem com elevado estatuto social, a viscondessa acabara casando com o primo, Duarte, “Um bello casamento o nosso – fortunas eguaes, famílias eguaes, paixão, alegrias, festas, nada faltou!” (302). Sem educação que lhe permita emancipar-se, Maria Helena reconhece

que o seu destino encontra-se confinado a uma vida de aparências junto do marido.

Cândida, adoptada desde criança pelos viscondes, por seu turno, vive iludida com o facto de a sua beleza física vir a trazer-lhe um marido rico, pois a sua predisposição para o estudo fora quase nula (252).

Por contraste, Isabella, portuguesa educada em Inglaterra, apresenta-se feliz e livre, com uma mentalidade sadia, abraçando os desafios que a vida lhe propõe. Apaixonara-se por João e empreendem ambos um projecto de promoção do desenvolvimento das populações rurais pela via do trabalho e da instrução. São um casal feliz e com objectivos comuns a atingir. O exemplo de Isabella e de João ao optarem por educar o povo, fomentando a existência de pessoas conscientes do seu valor, dos seus direitos e deveres e, conseqüentemente, independentes, deixa transparecer os frutos de um casal objecto de uma educação humanística e prática. São estes valores da educação inglesa que estão no horizonte de Castro Osório de modo a serem implementados na sociedade portuguesa como forma de a regenerar. Isabella é descrita como modelo a seguir pelas portuguesas. Esta postura da Autora é contraditória, uma vez que defende um modelo de educação feminina adequado às necessidades nacionais e critica a importação de modelos estrangeiros, no entanto, apresenta como modelo a seguir uma personagem que fora educada em Inglaterra e que representa a forma inglesa de ser e de agir. Utiliza Isabella como modelo a seguir pela burguesa portuguesa. Além disso, a sua falta de confiança na eficácia das políticas governamentais portuguesas, quer monárquicas, quer republicanas como forma de melhorar a vida das classes menos privilegiadas leva-a a apelar à iniciativa privada, assim como à realização de actividades nas associações de beneficência. (Osório 1905: 123). Afirma na mesma obra, “não são os governos que

fazem os povos, mas os povos que fazem os governos” (44). Castro Osório oferece os exemplos de em Paris várias senhoras ilustres terem aberto maternidades, sendo, mais tarde, secundadas pelo governo na abertura de mais infraestruturas. Ou o caso da inglesa Miss Nytingale (Florence Nightingale) que ao criar uma escola de enfermeiras, instruiu-as devidamente com a formação adequada, vindo a tornar-se um exemplo a seguir e uma mais valia aquando da Guerra da Crimeia foram chamadas a servir na Guerra da Crimeia (150-151). Castro Osório prossegue dissertando sobre exemplos estrangeiros que deverão ser seguidos pelas burguesas nacionais.

Na mesma linha de acção comparativa, o escritor Eça de Queirós (1845-1900) apresenta a educação inglesa como modelo educacional a ser implementado em Portugal, não só em “As Meninas da geração nova em Lisboa: a educação contemporânea”, no ensaio incluído em *As Farpas* (1872), mas também em *O Primo Basílio*, romance de 1878. Segundo Eça, a educação das jovens burguesas portuguesas é deficiente e causadora de muitos males e doenças futuros, tornando as juvenzinhas mulheres “vocacionadas” para a “fatalidade” (a “fatalidade” deve ler-se aqui sob a forma de adultério, outro tema caro a Eça, prenúncio de degradação pessoal, social e familiar). A menina lisboeta de 1870 sofre de numerosos males, tanto de ordem física como psicológica e moral, segundo a acutilante pena queirosiana. O seu próprio aspecto é enfermo, “olheiras fundas, uma palidez de cera, uma magreza de tísica romântica” (Queirós 1872: 374). Segundo o escritor, tal se verifica em consequência do deficiente educação maternal portuguesa. As mães de oitocentos não têm sabido educar as filhas, daí a sua frase: “Diz-me a mãe que tiveste, dir-te-ei o destino que terás” (Queirós 1872: 22).



Como burguesa lisboeta, no romance *O Primo Basílio*, Luíza passa os dias em casa. Já na sua crítica à educação da jovem, Eça apontava a falta de exercício, de sol e de oxigénio (em casas que nem possuíam quintal e que dependiam das janelinhas para alargar horizontes) como uma causa de sobreexcitações nervosas, de melancolias profundas e de cloroses físicas (as “bonecas de cera” do século XIX). O próprio passo de uma menina burguesa (habituada às pequenas voltas das lojas e das igrejas) é incerto, diz Eça. O hábito do sofá dá-lhe as detestáveis posições lânguidas, que não devem admitir-se numa senhora. Ao invés, a miss inglesa tem uma firmeza no caminhar recto, dado pelas suas duas horas de marcha diárias, questão de higiene e constante disciplina. As misses sentam-se sempre direitas; as meninas da capital adoptam posições de rola, acostumadas às almofadas, posições despudoradas que uma protestante, recatada, nunca adoptaria. A falta de exercício leva à idealização, a um excesso de inquietação interior, a romanescas enfermidades quase sempre inexplicáveis. Eça está convicto que o casamento é um bom remédio para acabar com estes problemas, visto que, segundo ele “Toda a mulher que não se casa, idealiza” (Queirós 1890: 397). Eis o outro ponto da função última da mulher enquanto elemento social: o casamento. E é por esse ser o modo como a burguesa portuguesa vive que Castro Osório se preocupa com o factor indiferença da mulher burguesa, particularmente. Como afirma em *As Mulheres Portuguesas*:

conservam-se entre nós numa indiferença quasi total pelas conquistas que dia a dia vão marcando um passo de avanço para o triunfo definitivo do espírito sobre a matéria, da inteligência sobre a força, da educação sobre a ignorância, embora doiradas pela fortuna ou pelos privilégios de classe (21).

Na novela *A Verdadeira Mãe* (1925), a educação é um tema que é discutido entre as personagens. Fernando, médico em Lisboa, quando vem à província para o casamento da irmã mais nova, Laura, questiona a mãe sobre o tipo de educação que lhe dera, não a preparando para a vida como mulher capaz de se sustentar a si própria e capaz de tomar as suas decisões. A mãe alega que lhe educara religião – “os preceitos da moral” – e mandara-lhe “ensinar as prendas de uma menina de família decente” (52). Fernando refuta este tipo de educação provinciana que “deixa as meninas ingénuas à mercê do primeiro pulha que abusa da sua fraqueza!...”(53). Zanga-se com a mãe pelo excesso de mimo dado a Laura, ao contrário do que fizera com Mariana, a irmã mais velha, a quem atribuíra desde cedo funções domésticas, fazendo dela uma mulher de juízo e de razão. Pelo contrário, em Laura apenas vê a sua beleza semelhante a uma “peça decorativa” numa sala, fonte do prazer dos observadores (54), o que ilustra a concepção de mulher do século XIX como objecto decorativo (Vaquinhas 2007: 74). Ambas as irmãs têm a mesma educação – a instrução primária -, apenas Mariana por ser a irmã mais velha, a mãe atribuíra-lhe responsabilidades domésticas que não atribuíra a Laura, devido à sua debilidade física e por ser a filha mais jovem. Educada desde cedo em função da sua fragilidade física, Laura deixa-se influenciar por leituras românticas e perspectiva o casamento como uma via a seguir, daí que não tenha valorizado a maternidade quando surgira na sua vida, escolhendo o casamento como solução para falsamente corresponder às convenções sociais do meio a que pertence. Mais grave do que isso é ter recebido apoio da família para esse comportamento.

Relativamente à mulher operária, que recebe uma instrução prática, normalmente apenas o ensino primário ou, em raros casos, o ensino profissional, Castro Osório faz notar em “As operárias das fábricas de Setúbal e a greve” (1911) que as operárias deveriam exigir melhores benefícios salariais em vez de um melhor salário. Segundo a Autora, será melhor que a mulher operária se mobilize fazendo com que os patrões invistam em dar-lhe melhores condições de vida, passando por terem creches onde deixar os filhos, escolas onde possam estudar depois do trabalho, enfim, uma série de condições que passem por melhorar a vida das operárias enquanto pessoas e não apenas aumentar uns tostões no salário cujo destino será a compra de inutilidades. Em “As operárias das fábricas de Setúbal e a greve” (1911), carta aberta ao jornal *O Germinal*, dirigindo-se ao seu director Senhor Martins dos Santos, Castro Osório expõe as suas ideias relativamente à situação das operárias das fábricas de conserva de Setúbal. Neste texto, afirma-se abertamente enquanto feminista, representando “o combate contra ideias, leis, preconceitos e costumes que têm escravizado durante séculos metade da humanidade em proveito da outra parte que se intitula mais forte, e por esse motivo se julga, para todos os efeitos, superior.” E é nessa qualidade de defensora dos direitos das mulheres que a Autora reivindica para “o pobre povo sofredor” “aquilo que mais do que pão elle necessita – que é a instrução” (5-6).

No que diz respeito à mulher do campo, Castro Osório apresenta mulheres analfabetas. Contudo, a mulher do povo surge com maior autonomia na família, à revelia do que a lei portuguesa estipulara. Cabendo ao homem adquirir o ganha-pão para sustento da família, cabe à mulher mãe tomar as decisões familiares mais importantes. Em *A Capela de Rosas* (1900), uma colectânea de contos de literatura juvenil, no que à

manutenção da Capela da Senhora do Castelo diz respeito, Jacinta é respeitada pela comunidade e pelo marido. Este confia-lhe a tomada de decisões mais importantes no seio da família, como sejam as de escolher as futuras esposas dos filhos: “Fora a Jacinta que escolhera as mulheres para os filhos e para os netos, que se não tinham arrependido de seguir os seus conselhos nesse passo arriscado da vida” (20-23). A publicista reconhece a mulher do povo com maior autonomia na família, experimentando uma prática divergente do que dita a lei, apesar de analfabeta, em *A mulher no casamento e no divórcio*, “No povo, pode dizer-se que é [a mulher] a verdadeira cabeça pensante da família, ella é quem guarda o dinheiro e o poupa, quem manda os filhos à escola e ao ofício, quem escolhe os fatos, faz os trabalhos de casa, e ainda ajuda o homem no cultivo das terras” (19).

### **Conclusão**

A publicista feminista propõe um modelo de educação feminina portuguesa extensivo a todas as mulheres. Contudo, distingue a educação e a instrução a oferecer-lhes consoante a classe social a que pertencem, seguindo a linha de pensamento dos pedagogos Ribeiro Sanches e Luiz António Verney. Também tem em conta o estado civil da mulher. Uma educação humanística, segundo a Autora, adaptar-se-á melhor à burguesa enquanto que uma instrução prática se adequará melhor à operária e à camponesa. Contudo, Castro Osório mostra uma postura ambígua sobre o que entende por um modelo educacional tipicamente português, pois ao longo das obras não o define especificamente. Apesar de criticar o ensino de preceptoras estrangeiras e a importação de modelos educacionais estrangeiros pelo governo português, a Autora demonstra profunda admiração pela educação inglesa através das personagens que utiliza para

servirem de exemplo a seguir às burguesas portuguesas, principalmente. O exemplo de Bella no romance *Ambições* clarifica a sua preferência pelos valores educacionais ingleses. Na senda de outros escritores como Eça de Queirós, por exemplo. Castro Osório advoga o ensino superior para a mulher portuguesa, no entanto, caso a mulher burguesa se case e tenha filhos não deverá exercer uma profissão na esfera pública, mas direccionar as suas virtudes maternas para o exercício de obras de beneficência. No caso das jovens solteiras poderão exercer uma profissão como meio de se sustentarem e, assim, obterem a sua independência.

Qualquer que seja o programa curricular administrado deverá conter disciplinas específicas que preparem a mulher para o bom desempenho das suas funções sociais de esposa e mãe. A partir dessa postura, depreende-se que Castro Osório privilegia o matrimónio e a maternidade como etapas importantes da vida da mulher e para as quais ela deverá preparar-se devidamente. Na sua obra, a publicista sublinha os ideais positivistas anteriormente propagados por Luiz António Verney e Dom António da Costa, por exemplo. A função central da mulher na família, assim como a definição do modelo educacional proposto determina a postura positivista republicana feminista da Autora, que será amplamente analisada no capítulo seguinte.

## Capítulo 2

### A “Maternidade Cívica,” ponte entre a família e a sociedade

*Como há-de a mulher educar  
os filhos no civismo se o não praticar?*<sup>11</sup>

Bernardino Machado

Na viragem do século XIX para o XX, entre 1880 e 1920, inicia-se na Alemanha e, depois, Inglaterra, França e, mais tarde, nos Estados Unidos, o desenvolvimento de políticas de protecção das mães e das crianças, com especial destaque para as mães solteiras. Desenvolvem-se programas de apoio em casos de doença, desemprego, morte e outros flagelos sociais, de modo a enfatizar a importância social da maternidade para o desenvolvimento da nação (Cremer 2001: 429). Legisla-se em prol da protecção da maternidade, homologando diversos programas de segurança social. Trata-se do desenvolvimento da ideologia do Maternalismo que, segundo Koven e Michel tem por intuito "exalted women's capacities to mother and extended to society as a whole the values of care, nurturance and morality" (Koven & Michel 1990: 1078).<sup>12</sup> Em Portugal, essas políticas não são implementadas nesse período, mas muito mais tarde. No entanto, a vertente maternal da mulher associada à mulher casada constitui uma premissa que se encontra ao longo da obra de Ana de Castro Osório embora umas vezes de forma mais directa e assertiva do que outras. Desde logo, no ensaio *Às Mulheres*

---

<sup>11</sup> Machado, Bernardino. *O Mundo*. Col.2, 12/05/1911.

<sup>12</sup> Nos Estados Unidos, o exemplo de Jane Adams (1860-1935) é reconhecido pelo seu papel fundamental no melhoramento da vida de mães e seus filhos em comunidades independentes, principalmente em Chicago. Veja-se: Adams, Jane. *Women on Top: Success Patterns and Personal Growth*. New York: Hawthorn Books, 1979.

*Portuguesas* (1905), Castro Osório apresenta aquela que deverá ser a missão patriótica da mulher portuguesa:

Fazei de vossos filhos homens saudáveis de corpo e de alma, e das vossas filhas as companheiras dignas desses homens, capazes de os auxiliar no trabalho... e tereis cumprido a mais bella missão da mulher, dado a mais alta lição de verdadeiro e salutar patriotismo” (82).

Essas palavras expressam a maternidade e a educação maternal como fins últimos na vida da mulher casada e prova do seu patriotismo, logo pilar de uma felicidade sustentada. No mesmo ensaio, a concepção de família encontra-se inerente ao discurso da Autora, pois a jovem deverá ser educada de modo a exercer a função de auxílio do futuro marido. Assim, a educação da mulher burguesa converge para a formação de um núcleo familiar no qual ela deverá educar os filhos, auxiliar o marido e, ainda, transformá-lo numa pessoa melhor (44). A ideia da superioridade moral da mulher, das suas virtudes advém da ideologia positivista, anteriormente propagada pelos românticos. Cabe à mulher casada complementar a educação moral do homem, que no convívio com a sua natureza virtuosa evoluirá, para além de manter viva a chama do sentimento amoroso que os une enquanto “guardiã do lar” (Ismério 1995: 22-24). O pensamento de Castro Osório assinala, assim, uma linha de continuidade do pensamento tradicional patriarcal relativamente ao desempenho do papel social da mulher mãe portuguesa. Além disso, a sua postura vai ao encontro do ideal republicano da mulher como mãe cujo papel na família deverá constituir o sustento da nação. Os textos de Castro Osório revigoram esse ideal a nível social,

centrando a mulher mãe na “família” como “fundação do Estado” (Perrot 1994: 106-7).

O discurso da publicista muda de foco ao longo do tempo, consoante o regime político no poder. Durante a fase da sua militância política e até à implantação da República, Castro Osório utiliza um discurso arrojado e directo. A Autora persevera na luta pela extensão da educação e instrução às mulheres de todas as classes sociais, na luta pela legalização do divórcio e pelo voto restrito feminino. O seu papel em “divulgar os ideais feministas e explicar o seu significado” (Esteves 1991: 16) materializa-se na sua capacidade para formar associações de mulheres que se juntam na luta por uma causa comum. A fundação do Grupo Português de Estudos Feministas (1907), espaço de debate sobre o papel social da mulher e com a primeira biblioteca na Europa dedicada ao estudo da mulher e da criança tem um considerável impacto na sociedade portuguesa (Esteves 1991: 98). As vozes feministas despertam a atenção de republicanos como António José de Almeida (1866-1929), Bernardino Machado (1851-1944) e Magalhães Lima (1851-1928), levando-os a propor que um grupo de “senhoras portuguesas” sejam capazes de se reunir na luta pela implantação da República, lado a lado com o partido republicano português (Esteves 1991: 25-6). Ana de Castro Osório é designada pelas suas compatriotas para liderar a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em Agosto de 1908, constituindo esta organização “a primeira [...] que, em Portugal, procurou conciliar a intervenção política com reivindicações feministas” (Esteves 1991: 16). A partir daí, o carácter político e feminista da Liga desencadeará o alcance de objectivos comuns, a saber: orientar, educar e instruir a mulher portuguesa, fazer propaganda cívica, inspirando-



se no ideal republicano e democrático, exigir a revisão das leis relativas à mulher e à criança, criar escolas (infantis e de serviço doméstico), maternidades, casas de trabalho, asilos-escolas, enfim, tudo o que possa dignificar a vida da mulher e da criança (Esteves 1991:29).

Verifica-se, no entanto, que tal como a obra de Castro Osório apresenta aspectos contraditórios porque os seus ideais mudam o seu enfoque ao longo do tempo, também a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas apresenta uma acção “contraditória”. Em *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – uma organização política e feminista (1909-1919)*, o historiador João Esteves explica esse carácter “contraditório” da instituição. Segundo o crítico, a Liga oscila entre a defesa da mulher no acesso a diferentes profissões e a sua valorização de elemento central na família, devendo continuar a ser o seu pilar. Ou seja, acrescenta Esteves “A tendência é sempre para ver a mulher relacionada com a instituição familiar em que está inserida. Não se analisa em função de si mesma mas antes do todo em que se integra e no seio do qual acaba por ser a grande prejudicada (Esteves 1991: 84). O mesmo se verifica na obra de Castro Osório se se atentar na mudança de ênfase sobre o papel social da mulher desde a publicação do “manifesto feminista” (1905) até à publicação das suas últimas obras em 1925. Neste capítulo, ver-se-á como esse carácter “contraditório” da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas está presente ao longo das obras de Castro Osório. O enaltecimento do papel social da mulher enquanto mãe está presente desde as suas primeiras publicações, todavia, de forma pouco vincada; vindo a acentuar-se de modo cada vez mais assertivo nas suas publicações após a sua desvinculação da Liga Republicana das Mulheres

Portuguesas, em 1911. O conceito de “maternidade cívica,” de Margareth Rago, ajusta-se perfeitamente à obra da publicista feminista, pois defende a burguesa mãe como educadora e transmissora dos valores cívicos às gerações futuras. Deste modo, Castro Osório contribui directamente para o fortalecimento do espírito nacionalista do movimento republicano. A ideologia positivista ganha folgo nos seus textos literários, nomeadamente aqueles publicados na década de vinte. Osório defende a figura da mãe como a que melhor preparará o futuro cidadão português a nível físico, intelectual e moral. Essas questões serão analisadas neste capítulo através da leitura das obras literárias *Ambições* (1903), *A Boa Mãe* (1908), *Os nossos Amigos* (1922), *A Minha Pátria* (1906), *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra* (1919), *A Verdadeira Mãe* (1925) e *O Direito da Mãe* (1925).

O movimento republicano e feminista portugueses comungam de ideais comuns. O regime republicano português toma consciência do poder crescente das mulheres na sociedade e utiliza o seu poder de transmissão dos valores republicanos na esfera doméstica junto do marido e dos filhos (Costa 1986: 369-371) para se fortalecer na esfera nacional. A coincidência do ideal republicano e feminista faz com que, por vezes, as feministas privilegiem a luta pela implantação da República em detrimento das suas reivindicações feministas, aguardando os ajustes entre ambas as causas após a institucionalização do novo regime (Esteves 1991: 38-39). No entanto, tais ajustes não convergem na totalidade, particularmente quando os sucessivos governos republicanos recusam o voto restrito às mulheres portuguesas, em 1911 e em 1913.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Exclusão das mulheres que se repete com a lei de 3 de Julho de 1913, são eleitores apenas os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos, que saibam ler e escrever. Esta lei esclarece o sexo dos eleitores, o que a lei de 1911 não fazia. Esta denomina eleitores todos

Castro Osório desilude-se com a facção republicana no poder e opta por desvincular-se da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, retomando a escrita literária, que precede a sua militância política.

Para além da maternidade constituir uma parte importante da propaganda republicana, uma vez que a ideologia inerente ao Partido Republicano Português assenta nos ideais positivistas, a maternidade é algo que noutros países da Europa (Alemanha, Inglaterra, França e Escandinávia) está associado aos movimentos feministas enquanto motivo de reivindicação de parte do orçamento de estado para apoiar as crianças e mães solteiras, principalmente, e funciona como forma de a mulher ter espaço na esfera pública através do exercício de trabalho social, apoiando os desprotegidos: “Indeed, it was the experience of voluntary work among the very poor [...] which led some women to demand the vote” (Bock & Thane 1991: 6-7). Acredita-se que essa corrente maternalista europeia tenha influenciado de certo modo o pensamento de Castro Osório embora não tenha tido as repercussões práticas em Portugal que tivera noutros países.

A desilusão de Castro Osório com as diferentes facções republicanas no poder, conduz a Autora a retomar a sua actividade literária, anterior à sua militância política. Notar-se-á que enquanto militante política o seu público é a sociedade em geral, pois Castro Osório associa-se à propaganda republicana nacional e esforça-se por convencer as pessoas da necessidade de implementação das propostas

---

aqueles que paguem contribuições ao estado, saibam ler e escrever e exerçam uma profissão liberal. Assim, a médica Carolina Beatriz Ângelo, viúva e chefe de família, acaba sendo a primeira mulher portuguesa a votar nas eleições de 28 de Maio de 1911. Tal contribui para a alteração da lei em 1913, o que desilude cada vez mais as mulheres da LRMP, incluindo Ana de Castro Osório, relativamente ao governo republicano (Esteves 1991: 94-97).

republicanas para o maior desenvolvimento da nação. Após deixar a militância política, a escritora dirige-se exclusivamente à mulher mãe burguesa, responsável pela preservação da identidade nacional através da transmissão dos valores cristãos e da história, geografia e literatura pátrias às gerações futuras. O enaltecimento da maternidade como prioridade da mulher casada, presente desde logo em *As Mulheres Portuguesas* (1905) torna-se mais explícito e vincado a partir da década de vinte, trazendo à escritora um certo afrouxamento dos seus ideais feministas da primeira hora. A sua obra literária reitera então laivos de uma vertente feminista conservadora, que já se notara antes embora de forma menos clara.

Em *A Boa Mãe* (1908), a publicista propõe um modelo burguês de mulher educada que é capaz de educar os filhos nos valores morais católicos e patrióticos republicanos, a saber: o amor ao seu país, a obediência aos mais velhos, o respeito pelos outros, a preservação da natureza, a curiosidade de aprender coisas novas, a colocação do colectivo em detrimento do individual, a capacidade empreendedora, o gosto pela leitura dos autores nacionais, entre outros (23-30). Castro Osório coloca a mulher mãe burguesa educadora no centro do projecto educativo nacional, conferindo-lhe a função de “mãe cívica,” por isso o seu apoio à fundação da obra maternal proposta por Bernardino Machado (Rosa 1999: 98). A Autora advoga que a instrução primária venha a ser ministrada pela mãe no espaço doméstico, deixando de ser custeada pelo estado (Rosa 1999: 99). Em “A influência da mãe na raça portuguesa” (1915), Ana de Castro Osório atribui a função pedagógica educativa à mulher mãe de modo a serem desenvolvidas potencialidades intelectuais e afectivas nas crianças no seio da família: “É que a mãe é a educadora, a mãe é a formadora do

carácter e a transmissora das qualidades da raça” (7). Eis um vector crucial de intersecção entre as reivindicações feministas de Castro Osório e o ideário nacionalista republicano, o qual defende o papel doméstico da burguesa mãe republicana educadora das futuras gerações.

Castro Osório coloca na ficção a sua proposta de educação das mães dos futuros cidadãos portugueses. Nas colectâneas de contos *A Boa Mãe* (1908) e *Os nossos amigos* (1922), ambas as estórias ilustram mães burguesas no espaço doméstico, alfabetizadas e, por isso, capazes de contarem estórias que instiguem a aprendizagem dos valores nacionalistas republicanos (do bem, da solidariedade, da entreajuda entre os familiares, vizinhos e amigos, do respeito pelo outro e, ainda, da harmonia perfeita entre o Homem e a natureza). Ambas as estórias reúnem um conjunto de personagens, maioritariamente crianças, que se encontram num espaço urbano, no qual a mãe tem tempo e formação para ler estórias, de cariz didáctico-pedagógico. Na conjuntura apresentada, a mãe burguesa cozinha as refeições, cose as roupas, ensina as disciplinas oferecidas no ensino primário oficial, passeia com as crianças enquanto o pai trabalha fora de casa para o sustento da família. Aqui nota-se que a educação da mãe burguesa apenas lhe permite realizar as suas tarefas domésticas enquanto esposa e mãe, não necessariamente realizar-se como mulher, o que denota que a Autora insiste, ironicamente, na dependência económica da mulher relativamente ao marido. A estrutura familiar apresentada é tipicamente patriarcal, havendo a distinção entre o exercício das funções na esfera pública pelo marido e na esfera privada pela esposa, correspondendo ao que ocorria em grande escala na sociedade portuguesa. Não ilustra na sua ficção burguesas mães independentes

economicamente exercendo uma profissão fora do lar. Deste modo, as suas obras servem os ideais republicanos positivistas. Apenas as operárias, camponesas e burguesas solteiras trabalham pela necessidade de se sustentarem.

Outras obras, de cariz absolutamente patriótico, como *A Minha Pátria* (1906), a burguesa mãe é aquela que incute os valores patrióticos de amor e defesa da pátria nas crianças. Neste tipo de literatura infanto-juvenil, todos os dias após os afazeres domésticos, a mãe conta um episódio da história nacional ao pequeno Jorge e aos seus primos, após as brincadeiras deles. A conquista, reconquista e construção da nação portuguesa estendem-se ao longo de muitas páginas, com o intuito de incutir respeito e um sentido de reverência pelos heróis nacionais e orgulho na pátria lusa. A concepção geográfica de Portugal no episódio intitulado “O Jardim de Jorge” é emblemática da transmissão desses valores patrióticos. Jorge, deslumbrado com a leitura de mapas, descobre que Portugal é um país pequeno relativamente a outros países da Europa e do mundo. Então, a mãe prepara-lhe uma partida, anunciando que os pais necessitam fazer obras no quintal e o Jorge terá que perder o seu jardimzito onde brincava e costumava ler e terá que se mudar para outro espaço do quintal. À desilusão da eminente perda do seu “território”, Jorge descobre que, afinal, o mais importante não é o espaço geográfico mas o que se vai acumulando neste espaço em termos de experiências, objectos (plantas e brinquedos) e amizades (o cão e os amigos): “ – Ó mamã, agora é que eu compreendo perfeitamente. Portugal é o meu país, vale o mundo inteiro. É o meu jardim, a minha casa. É a nossa pátria” (10). Em nenhuma página se descreve uma mãe que trabalhe fora de casa, mas alguém que cuida do lar e dos filhos com a maior estima e dedicação. Mais uma vez, a mãe não

usufrui de independência económica, o que denota o facto de ter recebido apenas a educação necessária ao bom governo da casa e à leitura de livros que proporcionem a interiorização de valores nacionais católicos pelos filhos.

A pouco e pouco, a luta feminista da publicista e escritora vai afrouxando, afastando-se cada vez mais de causas que abranjam a sociedade como um todo e centrando-se na função social da burguesa mãe na família. Em *De como Portugal foi chamado à guerra* (1919), há um desejo de explicar às crianças a natureza dos países que despoletaram a I Grande Guerra, as suas razões e alertando para o patriotismo dos ingleses: “Mas a Inglaterra tem uma varinha de condão que faz como que sair do solo a força invencível das nações: que é a consciência individual do dever e orgulho pátrio” (9), por oposição à falta de consciência nacional portuguesa (56). Mais uma vez, a Inglaterra está na mira da Autora como modelo a seguir pelos portugueses. Explica-se em que consiste a aliança anglo-lusa (44), quais as causas da guerra (17), o porquê da participação de Portugal na guerra (27) e a neutralidade nacional como forma de preservar as colónias africanas da ambição germânica (35). Uma colectânea de ensaios que promove a formação dos jovens, inculcando-lhes valores, sementes que farão deles os futuros cidadãos republicanos, orgulhosos do seu país. Esta obra contém todos os ingredientes para ser lida por mães da burguesia, já que o ambiente urbano retratado e a complexidade do tema assim o exige. Mais uma vez, prefiguram-se mães burguesas sem responsabilidades fora do ambiente doméstico, dependentes economicamente do seu cônjuge e, mesmo assim, “comodamente” felizes. Num contexto mais vasto, na Europa e nas Américas, a medicina, segundo relembra Magali Engel, nomeadamente a psiquiatria, revela que a mulher sem

verdadeiro instinto maternal e que não coloque a maternidade como prioridade na sua vida é considerada *histérica*, pois algo de *anormal* se passa com a sua sexualidade (Engel 1997: 326-329). Parece que essa filosofia vem, de certo modo, influenciar as obras da escritora portuguesa, para quem as suas protagonistas sempre são mães de família, exercendo os seus deveres com o maior desvelo. Além disso, a perda de inúmeras vidas aquando da Primeira Guerra Mundial desencadeia uma determinada “ansiedade demográfica” na Europa, levando ao fomento de políticas pró-natalistas com o intuito de aumentar a população (Bock & Thanner 1991:9-10). É natural que tudo isso venha influenciar a Autora portuguesa para a maior promoção da maternidade na década de vinte.

Na novela *A Verdadeira Mãe* (1925), ao engravidar antes do casamento, Laura e a família entregam a criança aos cuidados de uma ama, com receio do escândalo social, fornecendo mensalmente o bastante para o seu sustento (54-55). Deolinda, que havia perdido uma filha há pouco tempo, afeiçoa-se à menina de Laura como se fora sua. Anos mais tarde, após o casamento com Ricardo, Laura reclama a filha e a ama recusa-se a entregá-la. Nesta novela, Castro Osório coloca o dilema de quem deverá ser considerada pela sociedade a “verdadeira mãe,” se aquela que gera os filhos no seu ventre, se a que lhes dá amor e educação. Neste caso, sendo Deolinda analfabeta e pobre apenas inscrevera a menina no ensino primário, não tendo capacidade para apoiar os estudos da menina; todavia, rodeia-a de amor a cada instante. A moral apresentada pela autora é que quem gera terá sempre prioridade na vida dos filhos, o que se poderá também deduzir que esta ideia esteja associada ao facto de Laura poder dar uma educação privilegiada à filha, o que jamais Deolinda



proporcionaria, sem quaisquer recursos económicos. No entanto, tendo em conta a má educação que Laura recebera e o seu comportamento enquanto mãe solteira, a educação que ela transmitirá à filha poderá não ser a mais adequada, apesar da estabilidade económica.

Nas obras analisadas, persiste a concepção de uma sociedade de cunho patriarcal, preconizando-se o enaltecimento da mãe na família e a figura do marido como fonte de sustento da casa, o que denota uma postura conservadora da Autora pelas limitações anunciadas anteriormente. O papel social da mulher mãe burguesa continua restringido à esfera doméstica, onde desempenha a tarefa “gloriosa” de educar e instruir os filhos, cuidar da casa e do bem-estar do marido. Segundo a historiadora Margareth Rago, a associação entre a mulher no trabalho e a moralidade social é uma constante neste período. Acredita-se que a mulher mãe casada que trabalhasse fora de casa contribuiria para afrouxar os laços familiares e enfraquecer a raça, pois as crianças seriam menos vigiadas e a sua educação deixaria de ser a base de valores fundamentais que se transmite no seio da família. Além disso, há o receio que as mulheres “se desinteressassem pelo casamento e pela maternidade [...] o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigada a *rainha do lar* e o *reizinho* da família” (Rago 1997: 585-6). No modelo de sociedade preconizado pela Autora, o lugar ideal reservado à mulher mãe burguesa é, efectivamente, o lar. Aí, educa os filhos e controla os seus gestos e atitudes, o que na prática sustenta um modelo de educação limitador para as crianças, na medida em que haverá pouco contacto com o mundo exterior e com crianças de outras classes sociais. Deste modo, a imagem do mundo exterior será transmitida meramente através dos livros e não na dinâmica real

do dia-a-dia em sociedade. A par disso, os valores transmitidos às crianças pelas burguesas também serão redutores, visto elas se limitarem à transmissão daqueles pelos quais se rege uma sociedade tradicional e patriarcal, na qual predomina o poder do patriarca. Restringe-se, assim, o alargamento de horizontes dos futuros cidadãos portugueses. Esta concepção de mulher mãe de Castro Osório identifica-se com a proposta do regime republicano, o que prova o seu apoio ao reforço do nacionalismo republicano. Ou seja, segundo Ana Paula Ferreira:

The point is that such feminists [Ana de Castro Osório] have trouble fully rejecting the ideologies of gender and nation vehiculed by a whole discursive tradition devoted to the socio-cultural dignification of women from Almeida Garrett to Antero de Quental, and throughout several XIXth century periodicals addressing the belo sexo (Ferreira 2003: 274).

## **II. Ana de Castro Osório e o direito ao divórcio**

O Código Napoleónico de 1804 institucionaliza o matrimónio enquanto um contrato social entre um ser livre e um “subordinado” natural, compromisso não negociável, imperando a obediência de uma das partes à outra, terminando apenas com a morte (Pateman 1983: 55-58). A legislação portuguesa de oitocentos tem raízes no Código Napoleónico de 1804 e, por isso, condiciona as disposições legais relativamente à família, Ana de Castro Osório critica o Código Civil de 1867 no que diz respeito às disposições legais que enformam a “clausura” a que é sujeita a mulher casada.

Em *A Mulher no Casamento e no Divórcio* (1911), Ana de Castro Osório analisa os artigos referentes ao casamento, tendo em conta a posição da mulher casada, da

mulher mãe e, por último, da mulher solteira e critica-os. Neste “acordo bilateral,” a que se convencionara chamar matrimónio, a mulher “representa o papel infamante do servo que se entrega ao arbítrio do senhor, a troco de umas miseráveis vantagens materiais” (27-28). Nesse texto, a Autora lamenta o quão inconscientemente casam os casais sem se preocuparem em conhecer o que legitima a supremacia de um “contratante ao outro” (47). Daí a sua afirmação, “O casamento entre pessoas igualmente livres à luz da consciência e da razão não pode nem deve ser fundado sobre a irresponsabilidade e a ignorância” (33-34). Segundo Castro Osório, a sociedade apesar de estar mais ou menos inconsciente da legislação, convencionara o dever de obediência da mulher ao homem, dono da casa, dos filhos e, ainda, dos actos da esposa, de acordo com o artigo 1185º do Código Civil (Osório 1911: 207). Assim, a mulher sai da casa do pai para morar na casa do marido, gastar o dinheiro pelo qual não se esforçara a ganhar (35). Segundo o artigo 1198º do Código Civil apenas ao marido cabe a gestão da economia familiar, o que confirma a nulidade do poder feminino (Osório 1911: 31), assim como adquirir bens móveis ou imóveis, segundo o artigo 1191º (Osório 1911: 34). Além disso, a mulher não poderá exercer qualquer profissão, negociar ou publicar textos sem o consentimento do marido, segundo o artigo 1187º (Osório 1911: 39). Mais, não poderá abandonar o marido mesmo que sofra todas “as tiranias de um génio e carácter diferente do seu,” a não ser que, o marido cometa adultério no domicílio conjugal ou com escândalo público, desamparo completo, servícias, ofensas graves, segundo o artigo 1204º (Osório 1911: 43). Castro Osório critica o teor de todos os artigos mencionados como limitadores da liberdade feminina.

Em “A laicização do casamento e o feminismo republicano,” o historiador Fernando Catroga acredita que a alteração do Código Civil é uma “tentativa de solução para a crise da instituição familiar resultante do impacto do desenvolvimento industrial finissecular, crise esta que pode ser detectada no crescimento dos filhos ilegítimos e nas separações de pessoas e bens” (Catroga 1986: 146). O divórcio aparece como um meio de solução de alguns desses estados, possibilitando a regulação de situações de facto e de transmissões patrimoniais que o concubinato ou a separação impediam total ou parcialmente. De resto, a percentagem daqueles que recorrem ao divórcio é muito baixa e apenas surge nas zonas urbanas, com maior destaque para Lisboa e Porto (Catroga 1986: 147). Na base da manutenção da tradição numa sociedade que se quer moderna está, desde logo, o analfabetismo feminino e a inércia na reivindicação de direitos por parte de metade da população portuguesa, com excepção apenas para uma pequena elite ilustrada. Castro Osório tem clara consciência desse panorama nacional, daí que afirme categoricamente em *A Mulher no casamento e no divórcio*:

A mulher latina, na sua quasi totalidade, acha-se muito bem na meia servidão em que vive, e que lhe dá a garantia de uma relativa ociosidade ... Dar a uma mulher latina a completa autonomia, acompanhada da responsabilidade inerente, não é fazer-lhe um presente, que a encha de satisfação e de orgulho. Aceita-a, quando não pode deixar de ser, mas não a deseja, senão excêccionalmente (Osório 1911: 17).

Segundo o historiador Fernando Catroga, o Código Civil de 1867 dá à mulher um estatuto de inferioridade, dando guarida à tradição patriarcal, logo a democratização

do país não seria possível enquanto não se desse uma reconversão do estatuto social da mulher, o que implicava a sua “dessacralização e intelectualização” através de uma “educação racionalista” e o seu reconhecimento como sujeito com direitos e deveres civis iguais aos do homem (Catroga 1986: 136). O historiador acrescenta que o facto de a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, dirigir um abaixo-assinado defendendo a imediata legalização do divórcio, chegando a reunir as assinaturas de 100.000 pessoas, contribui bastante para a luta por essa causa. Em 1910, a mesma organização apresenta formalmente as suas reivindicações, não só defendendo a legalização do divórcio mas também a alteração do Código Civil relativamente ao postulado sobre a mulher na família (Catroga 1986: 143).

A legalização da lei do divórcio a 3 de Novembro de 1910, redigida pelo Ministro Afonso Costa com a colaboração de Ana de Castro Osório muda o rumo das relações conjugais em Portugal. O matrimónio transforma-se num contrato civil, podendo dissolver-se não só por morte dos cônjuges, mas também através do divórcio, o que traduz a laicização de um contrato por oposição à união vista como um sacramento (Catroga 1986: 144). A revogação da obediência da esposa ao marido (artº 1185º), a liberdade de igualdade dos cônjuges no cometimento de adultério (artº39, 4º), assim como o direito de publicar textos (art.44º), no entanto, delegando nas mãos do marido a protecção da esposa e dos seus bens pessoais e dos filhos. Continua a caber à mulher a obrigação legal do governo doméstico, a par da assistência social (artº145). No mais, tudo se mantém igual, sobretudo nas matérias de índole económica (Catroga 1986: 145).

A problemática nacional em torno da luta pela legalização do divórcio está presente na ficção de Castro Osório. No romance *Ambições* (1903), a Viscondessa Maria Helena não é feliz no casamento e Bella preocupa-se com a situação conjugal da amiga, traída pelo marido (89). Casada com o visconde, Maria Helena não dispõe dos seus bens, pois não pode praticar qualquer acto sem autorização do marido, sob pena de nulidade do casamento (artigos 1115º, 1117º do Código Civil). É a desigualdade dos sexos perante a lei que faz Bella questionar a inexistência da legalização do divórcio em Portugal em 1903 como já existia na Inglaterra. Quando o Visconde abandona Maria Helena e parte para Paris com Cândida, ela consciencializa-se da inutilidade da sua vida junto de um homem que não a merecera (268). Dois anos depois, Pedro de Albuquerque traz-lhe o marido doente e exige-lhe que o receba naquela que ainda é a sua morada perante a lei para que possa morrer com dignidade. Bella (*a inglesada*) insurge-se contra tal exigência: “- A minha amiga [...] sente-se moralmente divorciada desse homem” (323). No entanto, Pedro de Albuquerque insiste, retorquindo-lhe: “-Minha senhora, V. Ex<sup>a</sup> abusa do seu sexo...” (325), ao que demonstra claramente como Bella está a tomar uma posição ousada e não conforme os costumes portugueses de submissão ao sexo oposto. Então, irónica, Maria Helena toma uma posição conforme a lei dita para o seu sexo: “- Tem razão, senhor. Elle é ainda meu esposo, o dono legítimo d’esta casa, o senhor da minha vontade... Pode fazê-lo entrar, que eu dou ordem para ser recebido como tal” (327). Pelo contrário, Maria Helena, abandonada pelo marido para desfrutar das suas aventuras amorosas com Cândida em Paris, é obrigada perante o Código Civil de 1867 a recebê-lo quando ele regressa a casa doente. Afinal, a casa é dele e a esposa deve-lhe obediência (artº1885º), não pode praticar qualquer acto sem autorização do marido, pois ele é o

administrador legal de todos os bens do casal conforme os artigos do Código Civil de 1867, 1117.º, 1193.º e 1194º (Guimarães 92-3). Bella fica chocada pela submissão de Maria Helena à lei e aos costumes. A esposa clama: “ - Deixa, Isabella, o sacrifício ainda não estava consumado” (327). E o visconde morre naquela que se diz legalmente a morada de família. Este é um romance em que se nota que antes da implantação da República, Castro Osório reivindica a legalização do divórcio como uma solução para casamentos falhados. Apresenta Maria Helena e Cândida como exemplos a não seguir pela mulher portuguesa moderna. Não há qualquer vantagem em seguir os costumes sem que haja amor, portanto a mulher só poderá ser feliz com base na sua intervenção na busca de alguém compatível com a sua personalidade e valores, entroncados num sentimento verdadeiro. Neste sentido, Bella é um exemplo a seguir pelas portuguesas.

No entanto, nas obras de ficção publicadas nos anos vinte, Ana de Castro Osório mostra como os seus textos se concentram na família, sendo esta a instituição responsável pela preservação dos valores nacionais. A sociedade deixara de ser o seu foco de atenção como o era anteriormente quando a Autora exercera a militância política em prol da causa feminista. Luísa pede o divórcio que não chega a ser consumado porque António morre. Como viúva, ela continuará a ser tutelada. Deverá prestar contas ao conselheiro que o defunto tenha deixado nomeado, pois mesmo depois de morto dirige a esposa (artigo 161º). E para contrair segundas núpcias, de acordo com a lei, perderá a sua parte dos bens e a dos filhos menores (artigo 162º). Apesar de criticar tudo isso, na década de vinte parece haver um acomodamento da Autora perante a legislação vigente. A sua desilusão com as diferentes facções do Partido Republicano enfraquece o seu papel reivindicador em prol da causa

feminista. A renúncia republicana ao voto feminino restrito quer em 1911, quer em 1913, e a não expansão da instrução por todo o país, o divórcio não é visto como a saída viável para um casamento infeliz. Falar sobre o facto de vir ao de cima, afinal, o que a Autora já defendia antes embora de forma pouco clara em *Às Mulheres Portuguesas*: burguesa mãe em casa a cuidar dos filhos; burguesa solteira ensinar nas escolas, desempenho de uma função social na esfera pública.

O seu afrouxamento ideológico deixa vir ao de cima aquilo que em 1905 não convinha ser frontalmente enaltecido, pois havia que conquistar os primeiros direitos da mulher portuguesa de todas as classes sociais. Após o direito à educação e ao divórcio, embora ainda não ao voto, torna-se seguro primar pela defesa do papel da mulher no seio da família enquanto função que vem a privilegiar a nação e a raça lusa. Em *O Direito da Mãe* (1925), por exemplo, a Autora veicula a mensagem de que o papel exercido pela burguesa casada mãe na família deverá suplantar a busca da sua realização pessoal enquanto mulher e enquanto indivíduo. Segundo a Autora, é natural a mãe ter que sacrificar-se pelos filhos em detrimento do seu bem pessoal, submetendo-se à hierarquia familiar, na qual o marido é o chefe de família. Cabe à mulher sacrificar-se pelo bem-estar dos filhos, não encontrando no divórcio a solução para a desilusão matrimonial. Beatriz, desiludida com o casamento e mãe de três filhos deformados devido às relações extra-conjugais do marido com prostitutas, pensa pedir o divórcio. Quando procura a amiga Maria Frederica, uma advogada solteira, bem sucedida, de trinta e quatro anos, para lhe pedir um conselho matrimonial, Maria Frederica sugere-lhe que exerça o seu papel de mãe de família no casamento o melhor possível, alegando que mais do que esposa, Beatriz deverá ser



uma boa mãe, um exemplo a seguir pelos filhos e não uma mãe cujas acções eles se possam envergonhar socialmente se ela pedir o divórcio. A sua responsabilidade moral deverá estar acima dos seus desejos, “Sobre os teus ombros frágeis puseram um castelo de responsabilidades morais; se te deixares vergar, se esqueceres um momento o sacrifício que deves aos teus, é a derrocada pavorosa” (224). Lembra-lhe, ainda, que Beatriz não tem formação adequada para exercer uma profissão, “Trabalhar como? Quem te preparou para trabalhares? Livre sê-lo-hás sempre que a tua alma se liberte, mas livre moralmente, que materialmente só o poderias ser se fosses rica e ainda tendo a competência do que devias fazer para não precisares de administradores” (225). Mais uma vez, Castro Osório demonstra o quanto a burguesa mãe se encontra mal preparada para exercer uma profissão na sociedade pela falta de educação adequada. O seu apelo é recorrente e talvez seja essa a razão de não apoiar o divórcio quando a mulher não esteja preparada para dele usufruir.

Não tendo como exercer uma profissão, sem preparação para tal, a solução encontrada pela Autora para a infelicidade de Beatriz passa por encontrar nos filhos a concretização dos seus valores morais, encontrando neles a dedicação extrema e a recompensa que não encontrara na sua relação conjugal, ainda que tendo consciência da vivência sexual dupla do esposo. Todavia, é curioso que Maria Frederica não ajude a amiga a encontrar uma forma de Beatriz se educar e, então, quando devidamente preparada, pedir o divórcio. O título da obra – *O Direito da Mãe* – chama a atenção para os direitos da mulher mãe: o direito à educação, ao divórcio, ao voto, entre tantos outros. Ironicamente, não se concretizam na obra.

Em 1911, Ana de Castro Osório perspectiva o divórcio enquanto algo que não “desviaria da Igreja um único crente”, constituindo apenas prova de liberdade individual, permitindo a cada um agir de acordo com a sua consciência (Osório 1911: 29). Em *O Direito da Mãe* (1925), Ana de Castro Osório mostra uma postura diferente. Será apenas a manifestação da sua fidelidade à ideologia republicana enformada pelos ideais positivistas? Afinal, a Autora advoga e enaltece o papel da mulher mãe no lar enquanto epicentro da sua esfera de acção e compromisso para com a nação.

### **Conclusão**

Os textos de Ana de Castro Osório mostram uma mudança de foco dos seus destinatários. Enquanto militante republicana feminista, a sociedade no seu todo é enaltecida como espaço onde se deverão operar as reivindicações em prol da mulher portuguesa. A partir da sua desvinculação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas em 1911, Castro Osório passa a dirigir-se exclusivamente à mulher mãe na suas obras, enaltecendo a sua vertente maternal. Fá-lo de modo mais directo do que aquele que prefigurava na colectânea de ensaios *Às Mulheres Portuguesas*, aquando da justificação para a distinção entre a educação a oferecer à mulher casada e aquela a oferecer à mulher solteira. Nas suas obras, persiste, no entanto, a mulher burguesa mais educada mas ainda dependente economicamente do marido, sem qualquer responsabilidade profissional fora da esfera privada. É aconselhável que a mulher casada mãe se dedique ao lar com o intuito de ser, acima de tudo, uma excelente mãe e companheira do marido. Em obras de cariz didáctico-pedagógico, a Autora perde a oportunidade de fazer coincidir o carácter e as responsabilidades das

suas personagens femininas com os ideais que reivindica nos seus ensaios e conferências por todo o país até 1911. Entretanto, apenas mulheres burguesas solteiras, operárias e camponesas trabalham fora de casa, por necessidade económica. Permanece a mensagem de que deverá vencer o modelo de família patriarcal, centrado agora na mulher mãe educada, alguém que deverá não só exercer o seu contributo na família e na sociedade nacional, mas também nas “colónias” de portugueses existentes do outro lado do Atlântico, nomeadamente no Brasil. O discurso de Castro Osório prime por ser nacionalista e enquanto republicana, a Autora enaltece os valores republicanos directa ou indirectamente nas suas obras. Ou seja, tanto o homem como a mulher têm tarefas a desenvolver dentro do modelo de família patriarcal de modo a expandir os valores da cultura portuguesa, de entre eles o patriotismo. Por conseguinte, cabe à mulher mãe dar continuidade à raça e identidade lusas no Brasil. O discurso de Castro Osório nesses termos coincide com o que Ann Stoler designa por “mobile discourse of empire that designated eligibility for citizenship, class membership, and gendered assignments to race (Stoler 1995: 32). Eis a vertente cívica maternalista do ideário feminista da Autora, atribuindo um papel à mulher portuguesa que extrapola os limites territoriais nacionais e abrange a ex-colónia como se verificará no capítulo seguinte, aquando da exploração do romance *Mundo Novo*.

### Capítulo 3

#### **Ana de Castro Osório e o papel da mulher mãe na higienização da raça lusa**

Desde a Geração de 70 que filósofos, historiadores e escritores se preocupam com a decadência nacional. Antero de Quental durante a primeira sessão das Conferências Democráticas do Casino em 27 de Maio de 1871 profere a conferência intitulada: “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos,” atribuindo o atraso de Portugal a causas que extrapolam o país e abarcam toda a Península Ibérica. A permanência duradoura do regime absolutista, a Contra-Reforma, o atraso económico e a má adaptação do liberalismo à sociedade portuguesa colocam Portugal (e Espanha) na cauda da Europa (Quental 1871: 15-24). Da leitura das palavras de Antero de Quental depreende-se que urge regenerar Portugal. Este “sonho” da regeneração do país que, segundo o historiador Fernando Catroga, seria sinónimo de emancipação política e social para os republicanos, habituados a culpar a Monarquia e a Igreja Católica pela decadência nacional (Catroga 2004: 298-300). E a República seria a “salvadora da pátria,” na medida em que seria sinónimo de “Republicanization, democratization, decentralization, and secularization” (Catroga 2004: 301). A República veio em 1910, mas o sentimento de decadência não desaparecera. A crise económica proveniente do Ultimato Inglês (1890), a instabilidade política nacional resultante de dezasseis governos executivos entre 1910 e 1918, a emigração de milhares de portugueses em direcção ao Brasil e América do Norte, o êxodo rural consequência da industrialização constituem algumas das causas da “decadência nacional” num país pequeno e pobre como

Portugal (Telo 2010: 178-180).<sup>14</sup> Teme-se a perda do império luso em África num período em que a própria Europa se encontra instável, na eminência da Primeira Guerra Mundial (Telo 2010: 1842). Segundo Fernando Catroga, o biologismo social de Comte, Spencer e Haeckel difunde a ideia de que as sociedades tal como os organismos sofrem de doenças internas e externas que, se não tratadas, podem levar à desintegração social ou, nas palavras de Max Nordeau (1849-1923), à “degenerescência” (Catroga 2004: 301-304). Acrescenta Catroga:

with the weight of the organicist arguments, ideas of crisis became increasingly qualified in ethnic terms, based upon a paradigm that postulated the psysiological decadence of race [...] the idea of race and its *dégénérescence* became one of the commonplaces of sociological, criminological, medical, political, educational and even literary discourse (304).

A teoria da degeneração entra no discurso da ciência da higiene ou da saúde pública. Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) postulava a teoria da hereditariedade, na qual os filhos herdavam de pais alcoólicos, loucos ou criminosos o mesmo abominável comportamento. A partir daí a teoria da hereditariedade é conotada com a degeneração da raça, vindo a ser usada para explicar muitos dos problemas da nação, reais ou imaginários. Esta teoria ultrapassa os cientistas e entra no discurso de outros intelectuais como historiadores, biólogos e inclusive escritores (Schwartz 1993: 19-34). O medo da degeneração da raça também integra a literatura da época, fazendo

---

<sup>14</sup> Ana de Castro Osório utiliza a expressão decadência nacional diversas vezes ao longo da sua obra. Primeiramente, em *As Mulheres Portuguesa* (21).

parte de um movimento literário profundamente baseado nas ciências biológicas como a corrente Naturalista. As obras de Honoré de Balzac (1799-1850), Émile Zola (1840-1902), Eça de Queirós (1845-1900) e de Abel Botelho (1855-1917), por exemplo, são sintomáticas dessas manifestações. A obra de Ana de Castro Osório é influenciada por esta estética, reconhecendo-se no seu discurso traços naturalistas. Numa obra naturalista, os autores fazem da sociedade um laboratório de análise das enfermidades sociais, tentando diagnosticá-las através da literatura: “a hereditariedade, o meio e a educação” identificam-se como estando na base de um mal maior que faz sucumbir os valores no seio da família (Labanyi 2000: 66-67). Neste capítulo, procurar-se-á, primeiro, analisar focos de decadência nacional explanados em algumas obras de Castro Osório, nomeadamente, *As Mulheres Portuguesas* (1905), *Quatro Novelas* (1908) e o *Direito da Mãe* (1925) e as propostas da Autora para colmatá-los. Segundo, compreender como para Castro Osório a identidade lusa poderá estar em perigo se não se evitar a miscigenação de classe e de raça, não só em Portugal, mas igualmente nas comunidades portuguesas estabelecidas no Brasil. Para colmatar tais perigos, a mulher portuguesa, segundo a Autora, terá que desempenhar um papel de relevo no seio da família, o que se verificará através da análise do romance *Mundo Novo* (1922). No entanto, há que propagar a cultura lusa no Brasil de modo a fomentar o estreitamento de relações comerciais e culturais entre os dois países. A Autora preocupa-se com a promoção do desenvolvimento sustentável da pátria, que se não realizará na ausência das remessas dos filhos emigrados.

Segundo a historiadora Rita Garnel, em *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, a nação portuguesa de meados do século XX encontra-se doente enquanto organismo social. O nível de vida em Portugal é muito caro, particularmente para o operariado urbano, o que inviabiliza a aquisição de uma habitação condigna para as famílias da classe baixa, a alimentação é má e cara, a falta de saneamento básico, de higiene, o analfabetismo, o adultério, as doenças venéreas, a prostituição, a vagabundagem, o alcoolismo, o crime e outras enfermidades abundam particularmente no espaço urbano, consequência da mistura de pessoas de diferentes origens (Garnel 2007: 20-21). Condições de vida que criam um terreno fértil para a proliferação de doenças. Os operários começam a ganhar terreno e representação na cidade e essa realidade causa na burguesia aquilo que Daniel Pick designa, em *Faces of Degeneration*, por “social anxiety,” símbolo de uma “internal disorder,” que não é mais do que o receio que a classe dominante sustenta de perder o controlo social, traduzido na eventual mobilidade social (Pick 1989: 237). Segundo Garnel, divulgar a erradicação das “chagas sociais” mais não é do que iludir o povo sobre os eventuais apoios públicos a receber para promover a mudança de atitude das massas, mas mantendo-as na sua própria classe (Garnel 2007: 24-26). O receio da mobilidade social invade os detentores do poder.

Na mesma obra, Rita Garnel declara que a política republicana centra-se na família enquanto “o grande agente de medicalização da sociedade” (Garnel 2007: 16). Médicos-higienistas como Júlio de Matos (1856-1922), Miguel Bombarda (1851-1910), Ricardo Jorge (1858-1939), Azevedo Neves (1877-1955) e Asdrúbal Aguiar (1883-1961) divulgam junto das populações as normas higiénicas a colocar

em prática de modo a prevenir as doenças como a sífilis e a tuberculose, entre outras (Garnel 2007: 27-28). Os médicos transformam-se em agentes da educação pública e intermediários da população na transmissão das maleitas sociais ao Estado, incitando-o a tomar medidas para melhorar as condições de vida das populações (Osório 1905: 148).

Nas suas obras, Castro Osório divulga as suas apreensões com as consequências da urbanização portuguesa e apresenta soluções para devolver dignidade social às pessoas. Desde *Às Mulheres Portuguesas*, Castro Osório publicita nos seus textos a acção de propaganda junto do povo para libertá-lo da miséria física e moral em que vive. O incremento da distribuição de livros, gratuitamente, a fundação de maternidades, escolas, bibliotecas, creches, espaços de lazer e outros constituem um leque de medidas que a Autora divulga e incita à sua implementação. Essas são actividades exequíveis pela burguesa na sua associação a instituições de beneficência, por exemplo (Osório 1905: 146-154). A mulher possui virtudes e sentimentos genuínos que deverá colocar em prática através do seu apoio a associações de beneficência para melhorar as condições de vida dos menos privilegiados. O seu discurso convoca inquestionavelmente para a redefinição do papel social da mulher, agora com funções de cariz filantrópico na sociedade. “A mulher ganha espaço na esfera pública através do serviço público, gratuito e voluntário” (Labanyi 2000: 85-86; tradução minha). Urge instruir a classe baixa, divulgar medidas de higiene pessoal e social, fomentar medidas que evitem doenças, disponibilizar melhores condições habitacionais aos recém-chegados às cidades, combater a prostituição e o crime, entre outros males sociais (Osório 1905:153-158).



Castro Osório sublinha precisamente a alfabetização como tão necessária ao espírito como a comida ao corpo. Acrescenta a Autora, crie-se “uma liga contra a fome” e “uma liga contra a ignorância que tudo obscurece e perverte” ( Osório 1905: 144-146). O seu receio cresce com a possibilidade de as pessoas se imiscuírem entre si, sendo de classes e, eventualmente, raças diferentes.

Castro Osório associa-se às acções de esclarecimento da população portuguesa. Na sessão de 4 de Maio de 1908 na Sociedade de Geografia de Lisboa, o médico naturalista Ardisson Ferreira declara: “Os quatro grandes flagelos do século XX” são: “tuberculose, avarigenese, alcoolismo crónico e mortalidade infantil [...] estão abastardando a nossa raça, ameaçando destruí-la” (qtd. Lousada 2007: 9). Através das palavras do naturalista depreende-se a preocupação nacional com a degeneração da raça lusa. A campanha propagandística em prol da prevenção das doenças contagiosas como a tuberculose e a sífilis precisa ser feita com a colaboração da mulher burguesa, a quem o naturalista pede ajuda directamente: “dirijo-me principalmente às senhoras que me escutam – recrutar soldados leaes, obedientes e conhecedores do seu papel” (qtd. Lousada 2007: 9). Segundo Castro Osório, esta é uma forma também de a burguesa ter um papel interventivo na esfera pública, empreendendo iniciativas de modo a melhorar a vida dos mais desfavorecidos (Osório 1905:156). Como refere Michel Foucault, “the medicalization of women’s body is processed in the name of the responsibility they owed to the health of their children, the solidity of the family institution and the safeguarding of society” (*The History of Sexuality* 1978, 147). O espírito republicano sintetizado na expressão “saúde e fraternidade” visa, efectivamente, fomentar o

desenvolvimento do progresso e da ciência no país para regenerar a raça e a nação lusas (Alves 2010: 111).

A publicista pretende educar a opinião pública através da palavra escrita, contribuindo para a formação da nação, numa tentativa de “mapping the nation” segundo o padrão burguês (Labanyi 2000, 65). Aliás, segundo Magali Engel, as políticas de controle social são produzidas com base na “legitimidade dos parâmetros burgueses definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização” (Engel 2007: 322). O discurso de Ana de Castro Osório como republicana faz parte de um projecto nacional de re formação de Portugal, daí a preocupação com a higienização da população, física e moral, de modo a evitar a miscigenação de classe e de raça. A moral é conotada com a higiene sexual dos cônjuges. Conforme assevera Daniel Pick “The theory of degeneracy secured the relationship between racism and sexuality. It conferred abnormality on individual bodies, casting certain deviations as both internal dangers to the body politic and as inheritable legacies that threatened the well-being of a race” (Pick 1989: 204). Pretende-se regenerar a família portuguesa como estratégia para alcançar a ordem e o progresso da nação e a “maternidade” funciona como sendo “a casa da nação” (qtd. Freire 2009: 19). Em Portugal, a médica Adelaide Cabete (1867-1935), apoiada por Castro Osório, promove campanhas de sensibilização por todo o país de modo a fomentar um maior cuidado da sociedade para com as mulheres grávidas pobres, proporcionando-lhes algum descanso nos últimos meses de gravidez como forma de proteger a saúde do feto:

Ás agremiações scientificas compete promover uma energica propaganda em favor da mulher no estado de gravidez, por amor do ente que alberga nas entranhas. Será do mais alto alcance para o aperfeiçoamento da nossa raça o derramamento das luzes da sciencia até os mais reconditos logarejos do paiz (qtd. Lousada 2007: 7).

Como refere Stoler, “Sex as concern of the state [...] became a matter that required the social body as a whole and virtually all of its individuals to place themselves under surveillance” (Stoler 1995: 24-25). Palavras quer de Cabete quer de Stoler elucidam bem a preocupação dos vários quadrantes nacionais para promover e acautelar a saúde do futuro cidadão republicano.

Essas inquietações nacionais encontram-se ilustradas na obra literária da publicista feminista. A primeira obra da escritora – *Infelizes* (1898) – o conto “A Ama,” no campo, Rosita casa com António e é infeliz. O marido gasta todo o dinheiro no desenvolvimento de uns pedacitos de terra e descara a família. Rosita, cada vez mais desanimada com a vida de pobreza que experimenta, vai para Lisboa servir de ama ao sobrinho da viscondessa. Num ambiente de riqueza e de mimos constantes em que vive a criança, Rosita sente-se a viver um conto de fadas. A cada dia que passa, ama mais o pequeno burguês do que os seus próprios filhos, os quais: “iam-se criando pelas portas, negros e sujos, tristonhos, uns selvagens” (86). De regresso a casa passados dois anos, Rosita não esquece a vida desafogada dos patrões de Lisboa e o encanto do “seu” menino. De regresso a casa, paira no seu interior um

espírito de alienação e de recusa à sua realidade social, que é pobre e desfasada de sentido para ela. Se pudesse, repudiaria os filhos e o marido porque são inferiores.

Em *O Direito da Mãe* (1925), Ana de Castro Osório ilustra de forma mais clara a sua preocupação com a sã reprodução da raça lusa. Devido à vida prevaricadora de António de Vasconcelos, Luísa de Sá, sua esposa, recusa-se a ter qualquer contacto sexual com ele. A contaminação sexual recorrente e a perda de bebés sucessivamente leva Luísa a proteger-se a si e aos filhos. Em conversa com a amiga Marta, a protagonista confessa que a sua maior preocupação são as possíveis doenças que o marido poderá transmitir a ela e aos filhos; “o perigo físico e moral” a que estão sujeitos preocupa-a (39). Leia-se aqui o conceito de moral associado à higiene sexual dos cônjuges. Neste caso, persiste a imoralidade. Para enveredar pelo pedido de divórcio, Luísa necessita de provas de foro médico para delatar a conduta imoral do esposo. No entanto, Marta aconselha-a a pedir o divórcio pelos filhos, para que como mãe consiga simplesmente protegê-los, sem se preocupar com a reacção do marido (39). Apesar de ter dois filhos sãos, Luísa vive pressionada pela exacerbada sensibilidade e fragilidade do filho mais novo, Carlinhos, que herdara os genes do pai. Quase sempre doente, Carlinhos é a maior preocupação da avó materna, pois é no neto que a personagem vislumbra a perpetuação do nome da família (67). Aqui é clara a marca da teoria da hereditariedade de Lamarck, pois Carlitos herda as características degenerativas do pai, daí a fragilidade do seu sistema nervoso.

A questão da contaminação sexual é experimentada por outras personagens na mesma obra. A mãe de Manuel, o médico da família, quando vem para Lisboa servir

de ama a uma família rica, acaba por morrer, pois a criança possuía uma doença hereditária que matara a ama (17). Este é o principal motivo por que Manuel prepara um estudo intitulado “O alcoolismo e as doenças contagiosas como motivo de divórcio”, apoiando o desejo de Luísa de se divorciar (69). Além disso, não poderá continuar a ver a sua amada sofrer simplesmente por laços conjugais que se encontram no papel, mas não na prática do dia-a-dia. Ainda em *O Direito da Mãe* (1925), mas noutra conto, a burguesa Beatriz não se orgulha dos últimos três filhos que dera à luz. Ao contrário dos primeiros, saudáveis, esses são deformados – “quasi uns abortos” - , o que evidencia a reincidência de relações sexuais do marido com prostitutas. Após a busca de maior prazer sexual com outras mulheres, José Pedro engravida a esposa (200-202). Decidida a pedir o divórcio, Beatriz é aconselhada por Maria Frederica, sua amiga e advogada, a não fazê-lo; deverá exercer de modo exemplar o seu papel de mãe e sacrificar-se pelos filhos. Nos anos vinte, o seu espírito combativo esfria e Castro Osório, agora dedicada exclusivamente à escrita, parece zelar mais pela sua actividade de escritora e ignorar a sua veia combativa de luta em prol dos direitos das mulheres. Assim, o seu discurso mais do que apoio à higienização social da sociedade, define-se pelo seu teor absolutamente moralizante. A mulher casada mãe deverá respeitar as convenções sociais e evitar que o marido se imiscue com outras mulheres, esquecendo-se de si se tiver de ser e sacrificando-se, com o intuito de cumprir a sua missão de dar filhos sãos e fortes à nação. Erradicar o “double standard” masculino da sociedade constitui uma das formas de higienização da nação e cabe à mulher portuguesa contribuir para tal.

## **O sonho da propagação da raça lusa no Brasil: o *Mundo Novo*.**

A propagação da singularidade da raça lusa no Brasil através da história e cultura comuns e da continuada emigração trazem a ideia de que Portugal e Brasil são países que podem fortalecer as suas relações em proveito de ambos. Esta é uma ideia que Ana de Castro Osório desenvolve principalmente na sua obra dos anos vinte. Ao ter os seus interesses coloniais em África ameaçados pela Inglaterra, Portugal procura fortalecer-se aproximando-se do Brasil. A publicação de diversas revistas culturais: *Brasil-Portugal* (1899), *História* (1912), *Seara Nova* (1921), *Lusitânia* (1924), entre outras (Serpa 2000: 71) integram secções sobre o Brasil, aludindo aos laços comuns que unem os dois países. Por um lado, Portugal pretende reerguer-se enquanto potência imperial e relembra ao mundo o que fora capaz de implementar no Brasil colónia como referência para o que poderá construir em África. A intelectualidade lusa prime por enaltecer a presença portuguesa no Brasil “nas coisas do espírito” ou naquilo que o escritor e filósofo português Sampaio Bruno (1857-1915) chamara de *Brasil Mental*<sup>15</sup> (Serpa 2000: 72). Por outro lado, a intelectualidade brasileira recusa veementemente a existência de laços entre os dois países, pois o Brasil vive um período de construção da sua identidade nacional e os intelectuais brasileiros encontram-se à procura de traços distintivos de âmbito linguístico, literário e cultural, na senda da reconstrução de um país que se define de forma cada vez mais distante daquilo que a intelectualidade portuguesa regista como herança lusa (Ferreira 2003: 88-90).

---

<sup>15</sup> Em *Brasil Mental* (1898), o escritor e filósofo português Sampaio Bruno (1857-1915) escreve sobre as relações entre Portugal, Espanha, Inglaterra e Brasil, argumentando a sua preocupação ao avaliar o desconhecimento que Portugal tinha do Brasil (Serpa 2000: 73).

Na República Velha (1889-1930), o Brasil vive um período de redefinição da sua identidade, levando os intelectuais a se preocuparem não só com o significado de raça conotado com a fisionomia da população brasileira, mas também com os efeitos culturais das misturas raciais para a reconstrução da identidade nacional brasileira. Com este propósito, o governo brasileiro fomenta a emigração como forma de branquear a sua população, resultando por essa via no maior desenvolvimento do Brasil (Schwarcz 1993: 137). Alemães, italianos, espanhóis, portugueses e, ainda, asiáticos (japoneses) são os novos habitantes da América portuguesa no final de oitocentos, após a abolição da escravatura em 1888 (Schwarcz 1993: 130). Os estrangeiros vêm suprir a mão-de-obra escrava e “a imigração passa a ser entendida como corolário de um projecto de civilização para a nação” (Rebello 2007: 170). Consequentemente, “the meaning of “nation” [Brazil] had gradually moved from a voluntary association to an ethnic concept of a new national race and character” (Bletz 2010: 12).

No primeiro quartel do século XX, há um certo afrouxamento do discurso lusófono no Brasil desde que a grande nação encontrara no branqueamento da sua população uma via de desenvolvimento (Rebello 2007: 7). Portugal tira partido da estratégia brasileiro, conforme elucida Marie-Jo Ferreira, para continuar a receber as remessas dos emigrantes lusos. Segundo Ferreira, as relações bilaterais de Portugal-Brasil nesta época são definidas por três factores: emigração portuguesa, laços financeiros e comerciais, pois o Brasil e a Inglaterra constituem os importadores dos produtos portugueses (Ferreira 2009: 115). Assim, torna-se fundamental o estreitamento de relações entre Portugal e o Brasil, que se fortalecem aquando da

celebração do centenário da independência brasileira em 1922, ano em que pela primeira vez um presidente da República Portuguesa se desloca àquele país, António José de Almeida<sup>16</sup> (1919-1923). Segundo Lília Schwarz, em *O Espetáculo das Raças*, as ideias científicas relativas ao branqueamento da raça entram nas cidades brasileiras através da adopção de programas de higienização e saneamento, com o objectivo de implementar projectos de cunho eugénico e, assim, eliminar a doença, a loucura e a pobreza (Schwarz 1993: 56-59). Portanto, neste sentido, Brasil e Portugal implementam políticas nacionalistas que culminam na redefinição da sua identidade (Bletz 2010:3), acontecendo o mesmo na Europa e América Latina no mesmo período.

Neste mesmo período, Castro Osório desenvolve uma intensa actividade de propagação da cultura e literatura portuguesas no Brasil. Em 1923, desloca-se ao Brasil acabando por aí residir durante oito meses, nos quais profere diversas conferências no Rio de Janeiro, S. Paulo, Curitiba e Rio Grande do Sul, compiladas em *A Grande Aliança* (1924) (Remédios 2004: 91-107). No romance *Mundo Novo*, a Autora publicita a importância do contributo da mulher portuguesa emigrada na ex-colónia para a preservação da raça lusa. Para tal, o emigrante português deverá procurar casar com portuguesas, na senda da realização do sonho de propagação dos traços distintivos da raça lusa no Brasil. Na presente secção deste capítulo, propõe-se explorar o facto de Castro Osório advogar a continuidade da raça lusa no Brasil como estratégia de desenvolvimento e expansão do comércio português nas

---

<sup>16</sup> Dada a instabilidade do regime republicano português, António José de Almeida (1866-1919) é o sexto Presidente da República Portuguesa, entre 1910 e 1923.



comunidades lusas residentes no outro lado do oceano e encontrando na mulher lusa o esforço de prevenção da miscigenação de nacionalidades e raças, de modo a preservar a identidade pátria.

A preocupação da publicista portuguesa com a manutenção da pureza da raça lusa no Brasil passa pela implementação não só de medidas higiénicas como à advertência constante em *Mundo Novo* dos perigos para a identidade lusa da mistura dos emigrantes portugueses com as mulheres brasileiras, negras, índias e das nacionalidades europeias e asiáticas recém-chegadas ao Novo Mundo. Há que zelar pelos interesses lusos no Brasil: linguísticos, económicos, culturais e, acima de tudo, de propagação da espécie, tarefa que caberá exemplarmente à mulher mãe portuguesa, guardiã da raça. Logo, como elucida Ann Stoler, essa “campanha” higiénica não se restringe ao espaço europeu, mas trata-se de um “mobile discourse of empire that designated eligibility for citizenship, class membership, and gendered assignments to race” (Stoler 1995: 32). Castro Osório promove a continuidade da raça lusa no Brasil como sinónimo da extensão da nação portuguesa através das diversas “colónias” portuguesas residentes no outro lado do oceano (rever toda essa secção evitando repetições).

*Mundo Novo* é uma obra que pretende reforçar a presença de Portugal no mundo como uma grande e forte potência imperial, apesar da substancial redução a que ficara sujeito após Ultimato inglês de 1890. Sumariamente, a trama do romance: a protagonista Leonor viaja num navio inglês, na companhia de centenas de imigrantes europeus e nativos brasileiros cujo destino comum é o Brasil. Deixar a

pátria lusa é a solução encontrada por Leonor para se esquivar a um casamento feito pelas famílias, entre ela e Miguel, um jovem abastado de Lisboa. A protagonista opta por lutar em prol do seu sexo no Brasil, sociedade que vislumbra moderna e sem preconceitos, onde as mulheres deverão ter mais direitos do que em Portugal. Durante toda a viagem escreve cartas em forma de diário de bordo, registrando tudo o que vê e vive, para a sua amiga e confidente, Regina. Após a passagem por Cabo Verde e a ilha da Madeira, extensões do império luso, chega ao Rio de Janeiro, onde a espera o seu tio, Comendador Felizberto Marques de Araújo, emigrado desde há muito no Brasil e casado com uma brasileira, D. Flora. Após a recepção de boas-vindas pela família e amigos do tio, Leonor inicia a sua colaboração no jornal “O Lusitano,” de São Paulo, onde reside. Mais tarde, encontra Bernardo, com quem constrói a colônia Nova Esperança, nas terras que pertenceram a D<sup>a</sup> Rosarinho. Em Nova Esperança, vivem os portugueses imigrados e suas famílias, assim como alguns italianos, que se adaptam bem à língua e cultura portuguesas, e os irmãos brasileiros. Após casar-se com Bernardo em Lisboa, regressa ao Brasil onde residirão também em Nova Esperança.

Desde o início da viagem que Leonor enaltece o Brasil como extensão do território português, herdeiro da língua e cultura lusas (64). Além disso, justifica a necessidade dos portugueses “para nacionalizar o Brasil,” pois, aparentemente, os brasileiros, segundo a protagonista, não perpetuam devidamente os traços da cultura portuguesa no Brasil, “bandeando-se com os outros renegados de países diversos” (122). Este discurso aborrece alguns dos brasileiros que dela se aproximam, pois, segundo esses, “A colônia vive de lá! Gosta muito da Pátria, mas nada lhe deve. [...]”

É do Brasil que tira a sua força. E o Brasil não gosta que lhe bulam nos costumes e nas leis” (65-66). Sem dúvida, o discurso de Leonor reveste-se de um tom de superioridade de cariz colonialista, como se não houvesse língua e cultura superiores à lusa, o que os brasileiros refutam por reconhecerem a independência de uma identidade nacional que não se constrói exclusivamente com o elemento luso, mas também com os elementos africano, índio e das várias culturas nacionais europeias e asiáticas que lá se acolhem. Ou como afirma o positivista Teófilo Braga, no mesmo período, na revista *Estudos Livres*, se na população brasileira se eliminasse o elemento português, a população regressaria ao seu elemento selvagem (Serpa 2000: 84).

Leonor nobilita a acção da mulher mãe portuguesa no seu contributo para a manutenção da pureza da raça. Por seu turno, Leopoldo (o amigo do tempo em que Leonor vivera em Lourenço Marques com a família) exalta “o benefício que foi para Portugal a facilidade de adaptação e a ausência de preconceitos raciais, podendo-se fazer assim, com uma população numericamente fraca, um tão vasto e inatacável império” (61). Leonor declara que ao contrário do homem português, foram muito poucas as mulheres lusas que terão “contaminado” o sangue luso com o de outras raças, daí que ela tenha uma profunda admiração pela mulher portuguesa mãe (62). Há que ressaltar o discurso nacionalista e eugenista de Ana de Castro Osório na voz de Leonor, como prova de que a mulher portuguesa não terá sido quem contribuíra para a degeneração da raça lusa, nem tampouco para a perda da identidade histórica de Portugal. A Autora propõe assim um modelo nacionalista de conduta sexual que combate a miscigenação. Curiosamente, o tio de Leonor, casado com uma brasileira,

não tem filhos, para desgosto seu, o que vai de encontro ao apelo de Ana de Castro Osório (Leonor) sobre a necessidade de manter a pureza da raça (220). A própria Leonor casará com um português, na terra natal (334), regressando ao Brasil pronta para realizar o sonho da propagação da raça lusa no *Novo Mundo* (340).

Ainda em *Mundo Novo*, Silvina, criada mulata de Leonor, é dona de uma vida que representa as atrocidades que o homem português cometera com a mulher nativa brasileira desde a colonização portuguesa do Brasil. Silvina nascera de pai português e mãe negra: “E mamãe já era mocinha e todos gostavam dela por ser negrinha e de cabelos lisos e esperta, e um dia um senhor branco chamou-a para lhe dar um vestidinho bonito. Então, serviu-se dela! [...] Veja mãesinha como são maus os homens!” (336). A história de Silvina justifica cabalmente a atitude do colono português no Brasil. De modo a evitar a miscigenação, Leonor aprova a recusa de Angelino, o empregado branco, em casar com Silvina, pois ela não é portuguesa (nem branca). Quando Silvina tenta convencê-lo que descende de pai português, isso não convence Angelino, que gosta muito dela mas não para casar. Joanhina, portuguesa e branca, será a escolha apropriada (338). O discurso de Leonor traduz, de certo modo, ambigüidade se compararmos as suas palavras com as proferidas no início do romance e registadas numa das cartas enviadas a Regina. Aí, gabara-se do livre acesso a revistas e romances estrangeiros que lera enquanto vivera com os pais em Lourenço Marques, que lhe moldaram a personalidade, trazendo-lhe “abertura de vistas,” por oposição à mulher burguesa lisboeta, “o animalsinho de egoísmo e de passividade, sem ideal que ultrapasse os pequenos gozos da vaidade” (28). No entanto, Leonor persiste na selecção das raças e co-habitação harmoniosa apenas

entre as mesmas cores. Assim, os portugueses terão preferência de moradia em Nova Esperança, seguindo-se os portugueses nascidos no Brasil e, por último, os italianos, pois estes são receptivos à língua e cultura lusa. A idealização da colônia portuguesa em São Paulo sugerida por Ana de Castro Osório em *Mundo Novo* vai ao encontro do que um grupo de republicanos federalistas defendem nos anos vinte do século passado, a constituição de uma Federação Latina a fim de unir a raça latina: Portugal, Espanha, França, Itália e Brasil. Em alternativa aos tratados portugueses com a Inglaterra, ameaça constante e aliada por conveniência ao longo da história portuguesa (Triches 2007: 7).

Por contraste com os ideais lusíadas de Ana de Castro Osório, Aluísio Azevedo mostra no romance *O Cortiço* (1890) as desvantagens da emigração lusa para o Brasil, nomeadamente para a sociedade do Rio de Janeiro, palco da obra. *O Cortiço* resume a história de três imigrantes portugueses que vêm na travessia do Atlântico a oportunidade única de subirem na escala social. João Romão é o típico imigrante português sovina, que dorme no trabalho, não tem maneiras e dono de um cortiço, espécie de pensão onde moram imigrantes pobres e ex-escravos. Tal como os brasileiros, aprendera a explorar os escravos, fazendo de Bertoleza sua criada e amante. Invejoso de Miranda, casado com uma brasileira rica, mas infiel. Este último depois de estar bem estabelecido na vida, compra o título de barão, passando a ser respeitado por todos, inclusive por João Romão, que acaba casando com a filha de Miranda, uma adolescente de quinze anos. O trabalho torna-se, assim, o meio através do qual o imigrante “negoceia” a sua nova identidade brasileira (Bletz 2010: 31). No entanto, nem João Romão nem Miranda contribuem para o desenvolvimento e

crescimento da sociedade carioca. De facto, os portugueses, em geral, no final do século XIX são vistos como um obstáculo à realização dos valores republicanos no Brasil, dada a sua postura conservadora e tradicional. Finalmente, Jerónimo é o imigrante, aparentemente, exemplar. Vive no cortiço com sua esposa Piedade. Ele toca os fados portugueses, símbolo da saudade sentida pela terra natal, e a esposa cozinha os pratos tradicionais portugueses. Sua filha estuda num colégio. Mais tarde, Jerónimo deixa-se seduzir pela vizinha Rita, uma mulata: “Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia [...] era o veneno e era o açúcar gostoso” (61). Mais tarde, Jerónimo mata o namorado de Rita e abandona Piedade (114-115). Ele adquire todas as características negativas dos brasileiros, particularmente a preguiça no trabalho, perdendo a fama de bom trabalhador do início do romance (75). Além disso, Jerónimo rejeita os cozinhados lusos da mulher, no caso específico, o bacalhau com batatas e acusa Piedade de falta de higiene, pois o calor dos trópicos exige agora a um maior número de banhos do que os habituais na aldeia minhota (70).

Através da leitura de *O Cortiço*, compreende-se claramente o modo de vida dos imigrantes europeus e portugueses, em particular, no espaço urbano carioca. O romance elucida o receio de Castro Osório face à miscigenação e à transmissão de doenças, pois o cortiço é um espaço sujo, onde habitam a falta de higiene e a promiscuidade. Tudo isso contribui para que intelectuais como Aluísio de Azevedo não aprovassem a imigração europeia para o Brasil, preferindo o enaltecimento do elemento africano na cultura brasileira (Bletz 2010:14). Ainda, a naturalização de milhares de europeus assinala um novo conceito de nacionalidade (Bletz 2010: 6),

que ainda está a ser definida pela *intelligentsia* brasileira na viragem do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Consciente das condições indignas a que, porventura, os imigrantes portugueses estão sujeitos no Brasil, Castro Osório incute na mulher mãe portuguesa o desempenho da sua tarefa de moralização da família e, conseqüentemente, da comunidade. A responsabilidade que lhe é atribuída da pureza ou integridade racial do povo português dos dois lados do Atlântico percorre a ideologia positivista tipicamente republicana do período, que marca indelevelmente o ideário feminista português. Além disso, é à mulher-mãe que cabe a difusão dos valores cristãos da resignação e submissão na sociedade patriarcal; valores que, embora combatidos pela República, deverão fazer parte do tecido social luso-brasileiro de modo a estabelecer a ordem social. É à mulher portuguesa que compete moralizar a sociedade, contribuindo para a sã propagação da raça lusa dentro do país e além fronteiras.

### **Conclusão**

As obras literárias de Ana de Castro Osório do primeiro quartel do século XX veiculam a mensagem de que o contributo da mulher mãe é central para o desenvolvimento da nação. A mulher mãe republicana cuja postura assenta na ideologia positivista é a figura ideal para educar o futuro cidadão português. Além disso, a sua presença, ainda que limitada, na esfera pública contribuirá para a divulgação de propaganda didáctica e pedagógica que elucidará as classes menos privilegiadas, transmitindo-lhes normas de vida que visem erradicar as maleitas sociais: a doença, a prostituição, o analfabetismo, o crime, entre outras. Não só na

arena nacional, mas também em países de imigração como o Brasil, cabe à mulher lusa procurar evitar a miscigenação dos homens portugueses, em particular. É esta a grande preocupação dos autores portugueses do período republicano, comungando Castro Osório da mesma. A preservação da raça lusa constitui um bem inestimável da identidade nacional no mundo. Assim, a escritora publicita uma conduta sexual moralizante, de combate à miscigenação de classe e de raça, dentro e fora de Portugal. Segundo Castro Osório, a burguesa mãe educada é quem será capaz de reerguer Portugal como potência imperial europeia. Afinal, no regime republicano preconizado por Castro Osório quem conta como mulher no Portugal de meados de novecentos é a burguesa mãe. Ela é a via para a preservação da identidade nacional.



## Conclusão

A personalidade forte e arrojada de Ana de Castro Osório constitui uma referência para as gerações futuras e um contributo inestimável para a instauração da República em Portugal. A sua denúncia do elevado índice de analfabetismo da população portuguesa (85% em 1900 cf. Esteves 2011:75), a sua luta pela legalização do divórcio e do voto feminino restrito, assim como por salário igual para ambos os sexos, particularmente no caso da classe operária, fazem de Castro Osório um ícone da cultura portuguesa do período republicano. O período político conturbado em que vive, passando por diferentes regimes políticos, Monarquia, República, Ditadura Militar e Estado Novo, influenciam a sua obra, fazendo com que ao longo do tempo e cada vez mais sublinhe aspectos mais conservadores e típicos de uma sociedade patriarcal como o direito da mulher portuguesa a um determinado currículo educativo consoante a classe social a que pertence ou o enaltecimento das suas funções sociais consoante o seu estado civil, com destaque para a função maternal da mulher casada como algo que deverá suplantar todos os seus direitos sociais.

Apesar de nunca o fazer de forma directa e frontal, compreende-se desde a publicação do ensaio *Às Mulheres Portuguesas* (1905) a distinção entre educação e instrução numa estratégia de escalonamento das mulheres portuguesas consoante a classe social a que pertencem. Castro Osório mantém a preocupação de pedagogos como Ribeiro Sanches ou Luiz António Verney sobre a necessidade de manter a ordem social, isto é, a estabilidade da pirâmide social. A educação oferecida à

mulher burguesa, de teor teórico no liceu, diferencia-se da instrução prática, ministrada numa escola profissional, para a futura operária ou camponesa. No entanto, a componente doméstica constitui uma vertente comum nos programas curriculares, mantendo-se a preocupação de preparar a mulher para o exercício das suas funções na família. Essa postura de Castro Osório encontra-se explicitamente revestida pela ideologia positivista, percepcionando-se, particularmente no caso da mulher burguesa casada, as suas obrigações dentro de uma família estruturalmente patriarcal. A Autora mostra que independentemente da classe social, a mulher deverá sempre preparar-se antecipando as suas funções de auxiliar do marido e educadora dos filhos. Tendo em conta o conservadorismo da sociedade portuguesa, a elevada taxa de analfabetismo e o enraizamento da cultura portuguesa no Catolicismo, Castro Osório mantém uma perspectiva da família como aquela que lhe foi dada a conhecer enquanto filha do juiz João de Castro e esposa do poeta Paulino de Oliveira, pertencente à classe burguesa. Além disso e segundo a historiadora Mary Nash, o “essencialismo biológico” a par da religião católica condicionam a construção da diferença de género e a modernização do significado da feminilidade. Logo, a identidade cultural da mulher molda-se no casamento e na maternidade em detrimento de quaisquer outros papéis de foro social ou profissional (Nash 1998: 25-27). Assim acontece nas obras de Castro Osório de forma mais directa a partir do seu afastamento da arena política com o seu desvinculamento da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1911). Assim se explica o facto de as protagonistas das suas obras literárias serem mães que permanecem na esfera doméstica a educar os filhos, no caso das burguesas, e a dependerem economicamente dos maridos.

O modelo de família patriarcal é reproduzido na sua ficção como exemplo a seguir. Apenas a mulher solteira tem direito à sua autonomia, na medida em que tem que exercer uma profissão para se sustentar, a par das operárias e camponesas. Sendo assim, a escritora mostra que a mulher que prevalece no regime republicano é a burguesa mãe casada. É a essa que a pátria poderá pedir todos os sacrifícios porque como mãe ela irá sempre sacrificar-se pelos filhos, futuros cidadãos republicanos e continuadores da linhagem lusa. À mãe republicana cabe contribuir através de associações de beneficência para a erradicação as maleitas sociais da comunidade, analfabetismo, prostituição, crime, vagabundagem. Urge implementar a higienização da sociedade portuguesa para, a todo o custo, se evitar a miscigenação de classe a nível nacional. A burguesia receia perder o poder económico, há a “social anxiety” de que fala Daniel Pick, logo há que institucionalizar medidas que rejam a sociedade pelo padrão burguês. Neste contexto, o discurso nacionalista de Castro Osório acaba fortalecendo o discurso republicano do período, daí o apoio embora temporário das diferentes facções republicanas ao movimento feminista seu contemporâneo. O partido republicano sabe da importância da mulher na família na transmissão de uma conduta determinada, ajustada ao padrão social patriarcal republicano. Não só na pátria lusa, mas também nas “colónias” portuguesas no Brasil e espalhadas pelo mundo, cabe à mulher zelar pela higienização social, evitando a miscigenação de classe e de raça, na luta pela preservação da identidade nacional. Isto é, onde quer que haja portugueses há que dar as mãos no sentido de fortalecer económica e culturalmente a pátria lusa.

Depois da escrita desta tese, há muito ainda a fazer na divulgação da obra de Ana de Castro Osório de modo a compreender melhor os seus ideais enquanto mulher, mãe e publicista feminista. Para além da análise das obras não contempladas neste estudo, há que dar a conhecer o seu espólio presente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Urge ler e analisar as largas dezenas de cartas que a Autora escreveu e recebeu aquando da sua correspondência com tantas e tão diversas personalidades da arena cultural portuguesa, europeia e mundial. Além disso, a re-edição das suas obras é algo fundamental para fomentar mais trabalhos de pesquisa sobre o seu legado. A dificuldade de aceder a toda a sua obra leva a que esta tese esteja incompleta sobre a análise do pensamento de Ana de Castro Osório. Espera-se que o futuro seja mais promissor para com o tratamento da obra de uma mulher que, indubitavelmente, é produto do seu tempo e marcou de modo inestimável a sociedade luso-brasileira de meados de novecentos.

## Obras Citadas

- Abreu, Zina. "A luta das mulheres pelo direito de voto – movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos". 2002. Web. 24 Fev. 2011.
- Alves, José Fernandes. "Saúde e Fraternidade – a saúde pública na I República." *Corpo, Estado, Medicina e Sociedade no tempo da I República*. Lisboa: Centenário da República, 2010. 111-129. Print.
- Araújo, Helena C. "The Emergence Of A 'New Orthodoxy': Public Debates On Women's Capacities and Education in Portugal, 1880-1910." *Gender & Education* 4.1/2 (1992): 7. Academic Search Premier. Web. 4 Dec. 2011.
- Bieder, Maryellen. "Carmen de Burgos: Modern Spanish Woman". *Recovering Spain's Feminist Tradition*. Lisa Vollendorf. New York: Modern Language Association, 2001. 243-257. Print.
- Bletz, May E. *Immigration and acculturation in Brazil and Argentina: 1890-1929*. New York: Palgrave Macmillan, 2010. Print.
- Bock, Gisela, and Pat Thane. *Maternity and Gender Policies: Women and the Rise of the European Welfare States, 1880-1950s*. Ed. Gisela Bock and Pat Thane. London [England]: Routledge, 1991. Print.
- Bolt, Christine. "Organization and leadership". *Feminist Ferment*. Ed. Christine Bolt. London: UCL Press, 1995. 47-76. Print.

- Bosh, Maria Isabel Cabrera. "Las mujeres que lucharon solas: Concepción Arenal y Emilia Pardo-Bazán". *El feminismo en España: dos siglos de Historia*. Org. Pilar Folguera. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1988. 3-28. Print.
- Calbet, Maria Teresa González. "El surgimiento del movimiento feminista, 1900-1930". *El feminismo en España: dos siglos de Historia*. Org. Pilar Folguera. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1988. 51-56. Print.
- Catroga, Fernando. "A laicização do casamento e o feminismo republicano." *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio de 20-22 de Março de 1985*. 2. Instituto de História Económica e Social. F.L.U.C. Coimbra, 1986. 135-152. Print.
- , "Decadence and Regeneration in the Portuguese Republican Imagination at the End of the Nineteenth Century". *Portuguese Literary & Cultural Studies*. 12. (Spring 2004): 297-321. Print.
- Correia, Paula. *Um Tema Emancipação Feminina Uma Vida Ana de Castro Osório*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- Costa, Dom António da. *A Mulher em Portugal. Obra póstuma publicada em benefício de uma criança*. Lisboa: Typografia da Companhia Nacional Editora, 1892. Print.
- Cremer, Douglas J. "The Limits of Maternalism: Gender Ideology and the South German Catholic Working Women's Associations, 1904-1918". *The Catholic Historical Review*. 87.3 (July 2001). 428-452. Print.
- De Castro, Zília Osório. "As intelectuais". *Mulheres na I República*. Orgs. Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, 2011. 79-107. Print.

- Domingo, Pilar Ballarín. “Carmen de Burgos y la educación de las mujeres”. *Carmen de Burgos: aproximación a la obra de una escritora comprometida*. Eds. Miguel Naveros, Ramón Navarrete-Galiano. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1996. 55-70. Print.
- Duby, Georges, and Michelle Perrot. *A history of women in the West*. Ed. Georges Duby and Michelle Perrot. IV-V. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1992-1994. Print.
- Engel, Magali. “Psiquiatria e feminilidade.” *História das mulheres no Brasil*. Org. Mary del Priore. Coord. Carla Bassanezi. São Paulo: Editora Contexto, 1997. 322-361. Print.
- Esteves, João. “Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1ª República.” *Mulheres na I República – percursos, conquistas e derrotas*. Coord. Zília Osório de Castro, João Esteves, Natividade Monteiro. Lisboa: edições Colibri, 2011. 19-46. Print.
- Ferreira, Ana Paula, “Feminism and Nationalism at the Turn of the Century: Constructing the “Other” (Woman) of Portugal”. *Santa Barbara Portuguese Studies* 3 (1996): 123-142. Web. 20 Feb. 2011.
- Ferreira, Mary Jo. “Transição à República no Brasil e relações diplomáticas Brasil-Portugal.” *Cultura & Poder. Portugal-Brasil no século XX*. (M. M. Tavares Ribeiro, Renato Lopes Leite, org.). Curitiba, Juruá Editora, 2003. 115-123. Print.
- Foucault, Michel. *The history of sexuality*. 1. New York: Vintage Books, 1985. Print.
- Freire, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos – discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009. Print.

- Garnel, Rita. “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009) 229-251. Lisboa. Print.
- . “A consolidação do poder médico: a medicina social nas teses da escola médico-cirúrgica de Lisboa (1900-1910)”. *1º Congresso Internacional de Cultura-humanística e científica portuguesa contemporânea: Miguel Bombarda (1851-1910) e as Singularidades de uma Época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. 77-89. Web. 20 Abril 2011.
- . “A construção e a consolidação do poder médico”. *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. 147-190. Print.
- . “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus).” *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009) 229-251. Web. 20 Abril 2011.
- Garrett, Almeida. *Da Educação: Cartas Dirigidas a Uma Senhora Illustre, Encarregada da Instituição de Uma Jovem Princeza*. Porto: E. Chardron, 1883. Web. 25 Abr. 2011.
- Guimarães, Elina. “A Mulher portuguesa na legislação civil”. *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986. 557-577. Web. 31 Jan. 2011.
- Guinote, Paulo. *A Educação no Feminino (1900-2000) Discursos, Números e Olhares*. Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1998. Web. 23 Mar. 2011.



- Ismério, Clarisse. *Mulher: A Moral e o Imaginário, 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. Print.
- Johnson, Roberta. *Gender and Nation in the Spanish Modernist Novel*. Ed. Roberta Johnson. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003. Print.
- Koven, Seth, and Sonya Michel. "Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920." *The American Historical Review*. 95.4 (Oct. 1990): 1076-1108. Print.
- Labanyi, Jo. "Introduction: writing the nation". *Gender and Modernization in the Spanish Realist Novel*. Ed. Paul Julian Smith. New York: Oxford Hispanic Studies, 2000. 1-30. Print.
- Lopes, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de modernidade / Ana Maria Costa Lopes*. Lisboa: Quimera, 2005. Print.
- Lousada, Isabel. "Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugenética na defesa da Res publica." *Revista Faces de Eva*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2007. Web. 20 Fev. 2011
- Marques da Costa, Fernando. "Mulheres, elites e igualitarismo na 1ª República." *A Mulher na Sociedade Portuguesa*. Actas do Colóquio de 20-22 de Março de 1985. 2ºvol. Instituto de História Económica e Social. F.L.U.C. Coimbra, 1986. 369-384. Print.
- Nash, Mary. "Un/Contested Identities: Motherhood, Sex Reform and the Modernization of Gender Identity in Early Twentieth-Century Spain". *Constructing Spanish*

- Womanhood*. Ed. Victoria Lorée Enders and Pamela Beth Radcliff. Albany: State University of New York Press, 1998. 25-49. Print.
- Neto, Inês. *Ana de Castro Osório: Escritora e Editora para Crianças*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- Offen, Karen. *European feminisms, 1700-1950: a political history*. California: Stanford University Press, 2000. Print.
- Osório, Ana de Castro. *As Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905. Web. 1 Dez. 2010.
- . *A Mulher no Casamento e no Divórcio*. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1911. Web. 10 Jan. 2011.
- . “As Operárias Das Fábricas De Setubal e a Greve: Resposta de Anna de Castro Osorio ao *Germinál*”. Setubal: Ed. "O Radical", 1911. Print.
- . *A Semeadora*. Lisboa: Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher. Edição Ano 1-3. 1915-1918. 1-36. Print.
- . *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra*. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1919.
- . Castro Ana. *A Minha Pátria*. Lisboa: Colares Ed, 2008. Print.
- . *A Capela De Rosas*. Lisboa: Parceria Pereira, 1900.
- . *A Verdadeira Mãe: Novela*. Porto: Livraria e Imprensa Civilização, 1925.
- . *Ambições*. Guimarães Libano & Ca. Lisboa, 1903.
- . *Os Nossos Amigos*. Porto: Livraria e Imprensa Civilização, 1922.

-----. *A Grande Aliança*. Porto: Livraria e Imprensa Civilização, 1924.

-----. *O Direito da Mãe*. Porto: Livraria Civilização, 1925.

-----. *A Boa Mãe*. Guimarães Líbano & Ca. Lisboa, 1908.

Pateman, Carole. “Feminist Critiques of the Public/Private Dicotomy” in *Public and Private in Social Life*. S. I. Benn and G. F. Gaus (eds.). London: Groom Helm, 1983. Print.

Pestana, Alice. *Comentários à vida*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1900. Print.

Pick, Daniel. *Faces of degeneration: a European disorder, 1848-1918*. New York: Cambridge University Press, 1989. Print.

Praça, José Joaquim Lopes. *A Mulher e a Vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principaes aspetos*. Lisboa: Colibri. 2ª Edição Facsimilada, 2005. Print.

Proença, Maria Cândida. “O ensino em Portugal nos finais do século XIX”. in *Los 98 Ibéricos Y El Mar: Torre De Tombo (Lisboa) 27, 28 e 29 de Abril de 1998: [actas]*. Lisboa: Pabellón de España. Expo'98, 1998. 2. 209-30. Print.

Quental, Antero. “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares.” Porto: Typographia Comercial, 1871. Web. 9 Set. 2011.

Rago, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade.” *História das mulheres no Brasil*. Org. Mary del Priore. Coord. Carla Bassanezi. São Paulo: Editora Contexto, 1997. 578-606. Print.

Ramos, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926) in História de Portugal*, de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Print.

- Rebello, Fernanda. "Raça, Clima e Imigração no Pensamento Social Brasileiro na Virada do Século XIX para o XX." *Filosofia e História da Biologia*. 2. 2007. 159-177.
- Remédios, Maria José. "Ana de Castro Osório e a construção da Grande Aliança entre os Povos: dois manuais da escritora portuguesa adoptados no Brasil." *Faces de Eva*. Estudos sobre a Mulher. 12. Lisboa, 2004. 91-107.
- Ribeiro, Silvana Mota. "Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo." Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Universidade de Coimbra 17-19 Abril, (2000): 1-26. Web. 20 Fev. 2011.
- Rosa, Elzira Machado. *A educação feminina na obra pedagógica de Bernardino Machado – propostas a favor da igualdade e da emancipação das mulheres*. Vila Nova de Famalicão: Coleção Cadernos Museu Bernardino Machado. Câmara Municipal de Famalicão, 1999. 51-73. Print.
- *Bernardino Machado, Alice Pestana, e a Educação da Mulher nos Fins do Século XIX*. Lisboa, Portugal: Edição da Comissão da Condição Feminina, Presidência do Conselho de Ministros, 1989. Print.
- Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Serpa, Élio. "Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos". *Revista Brasileira de História*. 20.39. São Paulo: Associação Nacional de História, 2000. Print.

- Serrão, Joel. “Notas sobre a Situação da Mulher Portuguesa Oitocentista,” in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio de 20-22 de Março de 1985*. 2ºvol. Instituto de História Económica e Social. F.L.U.C. Coimbra. 1986, 333. Print.
- Silva, Maria Regina Tavares da. “História no feminino: os movimentos feministas em Portugal”. *História de Portugal* (dir. João Medina). Lisboa: Ediclube, 1993. Vol. XV. 286. Print.
- Stoler, Ann Laura. *Race and the education of desire: Foucault’s History of sexuality and the colonial order of things*. Durham: Duke University Press, 1995. Print.
- Telo, António José. *Primeira República: do sonho à realidade*. Queluz de Baixo: Presença, 2010. Print.
- Triches, Robertha Pedroso. “Identidades Contrastivas: a Inserção do Português na Primeira República.” *História, Imagem e Narrativas*. 5.3. São Paulo: UFF/FCRB, 2007. Print.
- Vasconcelos, Carolina Michaelis de. *O movimento feminista em Portugal*. organização, prefácio e notas de Luis Carlos Patraquim. 1ª ed. Paio Pires: Fradique, 2002. Print.
- Vaquinhas, Irene M. *Nem Gatas Borracheiras, Nem Bonecas De Luxo: As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História, Séculos XIX-XX*. Lisboa: Horizonte, 2007. Print.
- Wollstonecraft, Mary. *A Vindication of the Rights of Women*. Harmondsworth. Penguin, 1992. Print.

Yuval-Davis, Nira. *Gender & Nation*. London: Sage Publications, 1997. Print.